



Índice

- 01 Pataxós assistem vitória em alta definição
- 02 Usina de Belo Monte a síndrome do atraso
- 03 Orquestra indígena de MS vai para o RJ se apresentar na final da Copa
- 04 Cimi Regional Maranhão divulga nota de apoio aos Ka'apor que ocupam a BR-316 pela retirada de madeireiros
- 05 Belo Monte: ação de consulta aos povos indígenas arrasta-se há oito anos na Justiça
- 06 Encontro de pastores movimenta a comunidade indígena em Amambai
- 07 CONTATO: Índios isolados fazem contato por conta de extração ilegal de madeira
- 08 'Sou filho de uma geração dos índios sem futuro', diz Gersem Baniwa
- 09 Campanha arrecada cabelos para vítimas de escarpelamento no Pará
- 10 Indígena é encontrado morto em aldeia Amambai
- 11 Indígena é preso por esfaquear homem em aldeia Bororó
- 12 Polícia Militar efetuou a prisão de dois indígenas por terem praticado o crime de lesão corporal dolosa
- 13 Aplicação da lei das cotas, ainda, causa polêmica em ITZ
- 14 Novo Jornal acompanha cerimônia indígena realizada pelo pajé Yawa Rani
- 15 A Peleja do Povo Contra o Dragão de Ferro [Não à Vale e a Carajás, agora na



[Íntegra\]](#)

- 16** [Papa diz que exploração da natureza é pecado de nosso tempo](#)
- 17** [Carta da 37ª Romaria da Terra e das Águas ao Bom Jesus da Lapa: "Libertar a terra é defender a vida"](#)
- 18** [Reflexão e troca de experiências no segundo dia da 37ª Romaria da Terra e das Águas](#)
- 19** [Provocação: Funai demarca Terra Indígena no reduto eleitoral do relator da #PEC215](#)
- 20** [Comunidades indígenas venezuelanas recebem títulos de terras](#)
- 21** [MPF quer retomada de demarcação](#)
- 22** [Convenção vence e traz questão indígena à tona](#)
- 23** [MPF cobra do Dnit e Ibama sinalização e obras de segurança para e 158](#)
- 24** [Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil?](#)
- 25** [Relatório da viagem da Comissão da Direitos Humanos e Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas ao Povo Tenharin](#)
- 26** [Líder quilombola é morto e esquartejado](#)
- 27** [Jovem, homem, negro é o perfil dos que mais morrem de forma violenta no país](#)
- 28** [A culpa do genocídio de povos indígenas no Brasil é do direito fundamental às suas terras tradicionais ?](#)
- 29** [Movimentos sociais protocolam carta no STF sobre violações em UHEs na Amazônia](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

30 [Índios fogem do aprisionamento cultural imposto pela Funai](#)



Pataxós assistem vitória em alta definição

SÍTIO O TEMPO, 04.07.2014

Índios acompanham a partida da seleção na Copa valorizando seus costumes e apoiando o "xukuru" Paulinho em ação

No dia 25 de julho de 2013 os pataxós choravam uma dura derrota. O time da tribo perdia a final dos jogos indígenas, nos pênaltis, para os rivais xukurus. O pior, dentro de casa, já que a comunidade de Carmésia, no Vale do Rio Doce, sediou a edição do evento. Um ano depois não há motivos para rancor e 60 membros da aldeia se reúnem em frente a uma TV para torcer pelo sucesso do xukuru mais ilustre. O volante Paulinho tem no sangue a descendência da tribo rival, mas agora ele representa todo o povo indígena na seleção, e desperta o orgulho da nação pataxó.

O jogo do Brasil contra a Colômbia foi esperado com ansiedade pela aldeia, e a preparação começou uma noite antes. Os homens se embrenharam na mata da reserva de mais de 300 hectares em busca de uma capivara para ser servida durante o jogo. Na disputa, a caça levou a melhor. "Levamos um olé", contou sorrindo o cacique Txonãg Pataxó, 34. Sem o animal selvagem, costelas de boi foram para a fogueira.

A habilidade das mãos indígenas também entrou em cena, mas o artesanato dessa vez era a instalação da TV por assinatura via satélite. Assim a aldeia assistiu, em alta definição, ao Brasil abrir o placar. "Somos índios, conservamos a nossa cultura, mas não estamos parados no tempo. Evoluímos como todo mundo, e não podemos sermos privados de nada", explica o cacique sobre a tecnologia na aldeia.

O que deu sorte para o Brasil, eles não têm dúvida: foi timbero, um cachimbo recheado de ervas naturais que passava de boca em boca antes do jogo. "Dá sorte e cura qualquer doença respiratória, para sinusite, então, é uma maravilha", garante Suín Pataxó, 34, após uma boa baforada.

Na torcida, os rostos indígenas se adornavam com cocar, no corpo a camisa do Brasil. A cada lance, a reação comum de qualquer outro torcedor. Porém, no apito final que sacramentou a vitória apertada, os gritos deram lugar ao canto e à dança indígena. Uma reação de quem mais do que vibra com um jogo, se reafirma como o povo mais brasileiro dos brasileiros. "Estamos aqui há mais de 500 anos. Lutamos por ter direito à nossa a terra e não vai ser na nossa terra que vão nos tomar a nossa taça", destaca Suín Pataxó.



Usina de Belo Monte a síndrome do atraso

SÍTIO JORNAL O FAROL, 04.07.2014

Fonte: Tribuna da Internet - Mauro Santayana - Jornal no Brasil

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, está analisando pedido do Consórcio Norte Energia, responsável pela construção da Usina de Belo Monte, para adiar a entrada, por mais um ano, em operação da usina, que fica no Rio Xingu, no Pará.

Belo Monte não é uma obra qualquer. Em potência instalada, será a terceira usina hidrelétrica do mundo, depois da chinesa Três Gargantas, e da binacional, brasileiro e paraguaia, Itaipu.

A polêmica em torno de sua construção, é emblemática do ponto de vista do processo de ocupação e aproveitamento da Amazônia, como patrimônio de todos os brasileiros, e com relação à falta de convergência que existe em nossa sociedade em torno dos objetivos nacionais.

A Amazônia precisa ser protegida, mas, ao mesmo tempo que deve ser preservada, ela necessita de um projeto integrado e sinérgico de desenvolvimento que abarque toda a região.

É hipocrisia tentar impedir a construção, depois, sabotar o aproveitamento hídrico, e finalmente, paralisar por dezenas de vezes uma obra, da qual depende um país que tem uma das mais altas tarifas de energia elétrica do mundo, e que concorre nesse quesito com outros países no mesmo estágio de desenvolvimento, como se a região à qual pertence, não sofresse há décadas, dos mesmos problemas que afetam a Amazônia como um todo. Questões que derivam da ausência – e não da presença – da mão organizadora e mobilizadora do Estado.

QUESTÃO INDÍGENA

É preciso preservar a cultura indígena no Brasil? Sem dúvida alguma. Mas é preciso também reconhecer que aqui somos 200 milhões de pessoas, e que, para as populações indígenas já foram reservados, e entregues, mais de 100 milhões de hectares, ou 12,5% do território brasileiro, o que torna o Brasil o país que mais terras dedica para esse fim, entre todas as nações do mundo.

Da mesma forma, é preciso reconhecer que o índio, infelizmente, depois de sua aculturação, passa a ser, muitas vezes, mais um elemento da degradação da região, na extração ilegal de madeira, no assoreamento e contaminação de rios para a exploração de garimpos clandestinos – como está ocorrendo na Terra Indígena Roosevelt – na exploração e contrabando, em conluio com estrangeiros, da nossa biodiversidade.

Com planejamento, organização, e sobretudo, pleno exercício da soberania do Brasil na região,
CONT.



é possível conciliar a proteção da natureza e das populações indígenas, com a exploração sustentável do patrimônio hídrico, das florestas, da mineração, do turismo, da navegação. Para isso, basta que se associem a União, os Estados da Região, a iniciativa privada nacional, e, minoritariamente, capital estrangeiro, em uma grande empresa, com dinheiro e estrutura suficiente para fazê-lo.

OBRAS PARALISADAS

O atraso de Belo Monte, no entanto, não é exceção no Brasil de hoje. O país está coalhado de obras que tem sido sucessivamente, repetidamente, paralisadas pela sabotagem ou impedidas pela justiça.

Muitas vezes, uma mesma empreiteira brasileira trabalha, simultaneamente, com uma grande obra no Brasil e outra no exterior. Enquanto, lá fora, a obra sai dentro do cronograma, e com o preço inicialmente previsto, aqui o atraso pode passar de um terço do prazo e o orçamento se multiplicar por três ou cinco.

Por que isso ocorre? Porque nos outros países, é impossível paralisar por dezenas de vezes obras gigantescas, de bilhões e bilhões de dólares de orçamento, que são essenciais para o progresso de um país, impunemente. Fazendo isso a cada vez que pequenos grupos – manipulados ou não – se manifestam, como se fosse a coisa mais natural do mundo.

Lá fora, existe um mínimo de alinhamento estratégico entre os diferentes setores da sociedade e do Estado, e os poderes constituídos, para a execução, de forma permanente, perene, das obras necessárias ao desenvolvimento nacional.

Acontece um terremoto no Japão, e, em dias, as rodovias que foram avariadas ficam prontas. Na China, prédios são construídos em 72 horas, e cidades inteiras são erguidas – com ruas, sistemas de saneamento, eletricidade, prédios públicos e residenciais – em menos tempo do que é necessário para se construir um viaduto no Brasil.

Essa situação, em que vem um e faz, e vem o outro e desfaz, repetidamente, tem que acabar.

O que prejudica um determinado governo também pode paralisar outros, independente de orientação política, e enquanto nações emergentes avançam, o Brasil, paralisado pela “síndrome do atraso”, continuará dando um passo à frente e três para trás, indefinidamente

Orquestra indígena de MS vai para o RJ se apresentar na final da Copa

SÍTIO O PROGRESSO, 04.07.2014

Indígenas do Grupo Guaté, de Dourados, vão levar a dança para os maiores pontos culturais do Brasil no Rio de Janeiro



A primeira orquestra indígena do Brasil, que é de Mato Grosso do Sul, embarca na próxima segunda-feira para o Rio de Janeiro. Os integrantes vão se apresentar nos maiores pontos turísticos da cidade na final da Copa do Mundo. Indígenas do Grupo Guaté, das aldeias Jaguapiru e Bororó, de Dourados, integram a comitiva levando a dança do Estado para a final da Copa do Mundo. A iniciativa é do Grupo Ressoarte, através do Ministério da Cultura. A primeira orquestra indígena do Brasil é denominada Teko Arandu e os integrantes são da cidade Anastácio.

Em Dourados, os integrantes do Grupo Guaté estão com boas expectativas. A guarani-kaiowá Dalila Duarte da Silva é a coreógrafa do grupo. Aprendeu desde cedo a dançar com os pais e hoje repassa os conhecimentos aos integrantes da Guaté. Ela diz que para montar a coreografia se inspirou no grito que estava há anos entalado na garganta. "Nós queremos mostrar ao mundo que a nossa tradição continua viva e fazer com que todos da nova geração tenham orgulho dela. Queremos a valorização da nossa cultura", destaca.

CONT.



Ao som de "Ore Rojeroky", que quer dizer "Nós Dançamos", o grupo preparou uma coreografia que mistura passos de celebração festiva e de reza. "Vamos entrar no ritmo da Copa do Mundo, apresentando nossa cultura aos turistas e ao mesmo tempo enfatizar nossa esperança e fé para um mundo mais justo para os povos indígenas", explica.

Das cores branca, preta e vermelha, eles destacam a tradição guarani nas vestimentas. Tudo é feito pelo próprio grupo nas instalações da Vila Olímpica Indígena.

Grupo

O convite para o Guaté participar das apresentações surgiu da Orquestra Teko Arandu, que é um projeto do Instituto Ressoarte. O indígena terena José Carlos Pacheco é o responsável pela integração dos grupos. Ele conta que o Instituto participou de edital do Ministério da Cultura para apresentações no período da Copa. O grupo foi um dos 144 projetos selecionados no Brasil, o único do Estado. Ao todo, segundo ele, foram mais de 1,6 mil concorrentes na categoria "Manifestações Culturais".

O Grupo Guaté conta com 10 integrantes e a orquestra com 30. O repertório de músicas apresentadas é variado e leva a música brasileira como tema principal. "Vamos fazer apresentações desde músicas tradicionais indígenas a Aquarela do Brasil. Queremos mostrar que as culturas estão integradas e que o brasileiro é um povo só", destaca.

José diz que para os indígenas é um momento ímpar. "Vamos levar o nosso Estado para o mundo e isso é muito gratificante. Queremos mostrar a importância do nosso Estado para o resto do Brasil e para que o mundo conheça nossas tradições", destaca.

O grupo fará cinco apresentações nos maiores pontos culturais do Rio de Janeiro.

Artesanato

O Grupo Guaté é conhecido pelo artesanato em Dourados. Do talo do capim de brachiaria eles levam esperança para homens e mulheres indígenas de Dourados. O produto vira a principal matéria-prima para a produção de peças e acessórios. O capim utilizado apenas na arte da cultura indígena de Dourados é a aposta da comunidade para geração de renda.



Cimi Regional Maranhão divulga nota de apoio aos Ka'apor que ocupam a BR-316 pela retirada de madeireiros

SÍTIO CIMI, 04.07.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Maranhão vem a público manifestar seu apoio e solidariedade ao povo Ka'apor, que desde a manhã dessa quinta-feira (3) ocupa a BR-316, próximo ao município de Araguañã, para chamar a atenção das autoridades e mostrar para a sociedade o descaso a que estão submetidos.

Continuamente o povo Ka'apor tem denunciado aos órgãos públicos, em especial à Fundação Nacional Do Índio (Funai) e ao Ministério Público, a invasão e exploração ilegal de madeira em seu território. Sem obter sucesso, o povo tomou a iniciativa de realizar, por conta própria, ações de proteção do seu maior patrimônio natural – a Mãe Terra. Em decorrência dessa atitude legítima, o povo tem sofrido agressões violentas e constantes ameaças às suas lideranças, como aconteceu no mês de janeiro, quando dois jovens ka'apor foram alvejados enquanto faziam a vigilância da terra; quando um grupo de 20 homens armados e encapuzados entrou no acampamento dos indígenas, humilharam homens e mulheres e levaram o jerico que os Ka'apor tinham apreendido na ação de proteção. Os madeireiros intensificam a exploração ilegal do território e se sentem fortalecidos pela impunidade e pelo descaso do poder público, que tem a obrigação de proteger os territórios indígenas.

Em relação às políticas públicas de saúde e educação, o povo Ka'apor tomou uma atitude de participação ativa na elaboração e execução da política de educação escolar para suas comunidades, tentando preencher uma lacuna deixada pela Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (Seduc), que há tempos não tem curso de formação para professores, entre outras. A Secretaria em vez de apoiar e contribuir com esse processo importante, tem assumido uma postura autoritária, de não reconhecimento do mesmo.

Na saúde indígena, o povo tem denunciado o descaso nas aldeias, onde falta praticamente tudo: medicamentos, profissionais qualificados, equipe multidisciplinar, transporte. Sem sucesso nas denúncias, decidiram também assumir a elaboração e condução dessa política. Da mesma forma que a Seduc/MA, o Distrito Especial de Saúde indígena (Dsei/MA) tem ignorado tal processo.

Todas essas atitudes tomadas pelo povo são uma demonstração de autonomia, que além de ser um direito natural, também é garantido pela legislação brasileira. O Estado não entende e não aceita essa autonomia do povo e tenta deslegitimá-la de todas as formas. Cansados de esperar e diante de tanta negação e desrespeito aos seus direitos, os Ka'apor decidiram ocupar uma BR-316, colocando em risco sua própria vida, para conseguirem ações básicas que a lei lhes garante.

Durante todo o dia ontem, a equipe do Cimi Maranhão esteve com os indígenas na ocupação da BR, e, durante todo esse tempo, ninguém da Funai, Sesai ou Seduc/MA fez contato com os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

indígenas. Na parte da tarde, a situação ficou tensa com pessoas paradas querendo furar o bloqueio. Os indígenas, preocupados com essa situação, passaram a liberar a estrada em alguns momentos para evitar conflitos.

O Cimi Maranhão declara todo apoio a luta do povo Ka'apor, e responsabiliza a Funai, Sesai, e Seduc/MA, caso algo de grave aconteça aos indígenas.

Conselho Indigenista Missionário – Regional Maranhão



Belo Monte: ação de consulta aos povos indígenas arrasta-se há oito anos na Justiça
SÍTIO CIMI, 04.07.2014

A petição judicial, denominada *amicus curiae* ("amigos da corte"), traz novos argumentos para apoiar o STF no julgamento da ação judicial que questiona a ausência de consulta prévia aos indígenas afetados pela usina de Belo Monte (PA). O documento foi elaborado pelo ISA, Associação Indígena Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu (AYMIX), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (Aida) e pelo Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad (Dejusticia).

O Ministério Público Federal (MPF) propôs ação judicial em 2006 contra a autorização do Congresso para construção da usina, pois não teria havido consulta aos indígenas potencialmente afetados. Apesar do Tribunal Regional Federal já ter julgado a ação e ter dado ganho de causa ao MPF, uma decisão provisória obtida por meio do mecanismo legal chamado de "suspensão de segurança" permite que as obras continuem. As organizações atuaram em conjunto para levar ao STF subsídios contra essa decisão provisória.

Questionamentos judiciais à construção têm sido sistematicamente barrados com base na suspensão de segurança, muito usada durante a ditadura militar. Por meio desse instrumento, o Executivo pode pedir que decisões do Judiciário sejam anuladas sem que o mérito do processo sejam avaliados, sob alegação de possibilidade de "grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

Segundo a petição, o desrespeito ao direito dos indígenas à consulta livre, prévia e informada é responsável, por exemplo, pelo atual agravamento dos indicadores de saúde indígena na região e pelo aumento na invasão de terras indígenas desde o início da construção da usina.

Carta ao presidente do STF

No mesmo dia, o Movimento Xingu Vivo e outras organizações socioambientalistas divulgaram uma carta solicitando audiência urgente com o ministro do STF Ricardo Lewandowski, que deverá assumir a Presidência da corte nas próximas semanas. As organizações pretendem pedir a Lewandowski que coloque em pauta o caso, que se arrasta no Judiciário há oito anos.

Para os autores da carta, a omissão do STF estaria criando, neste e em outros casos, uma "jurisprudência às avessas" em matéria de direitos humanos e de responsabilidade socioambiental.

A carta cita a revogação de Unidades de Conservação por meio de Medida Provisória para possibilitar a construção de hidrelétricas no Rio Tapajós como um exemplo de violação perante a qual o Judiciário estaria sendo "complacente". A carta também critica a emissão de licenças ambientais sem a anuência da Funai e o uso indiscriminado da Suspensão de Segurança.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

A carta, protocolada no gabinete do ministro Lewandowski, afirma que foram apresentados diversos pedidos de audiência com o ministro Joaquim Barbosa desde que ele assumiu a presidência do STF em 2012, mas nenhum foi respondido. "Sequer foi acusado o recebimento de nossas correspondências, o que entendemos como uma dívida que a Presidência deste Tribunal ainda tem conosco", diz o documento.



Encontro de pastores movimenta a comunidade indígena em Amambai

SÍTIO A GAZETA NEWS, 05.07.2014

Vilson Nascimento

Membros da comunidade evangélica Último Tempo, da Aldeia Amambai, em Amambai, realizaram nesse sábado, 5 de junho, um encontro de pastores.

Dentro da programação, cerca de 150 fiéis, todos membros da comunidade indígena, realizaram uma caminhada que percorreu cerca de dez quilômetros.

Acompanhado por carro de som e com pausas de tempo em tempo para oração, os evangélicos saíram da Aldeia Amambai, percorreram ruas da cidade, em Amambai e retornaram até a reserva indígena, onde participaram de um almoço e momentos de louvor.



CONTATO: Índios isolados fazem contato por conta de extração ilegal de madeira
SÍTIO O NORTÃO, 05.07.2014

Um grupo de índios isolados altamente vulneráveis na Amazônia brasileira fez contato com uma comunidade indígena assentada, perto da fronteira com o Peru.

Um grupo de índios isolados altamente vulneráveis na Amazônia brasileira fez contato com uma comunidade indígena assentada, perto da fronteira com o Peru.

A notícia vem poucos dias depois de que a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e Survival International, o movimento global pelos direitos dos povos indígenas, alertaram para o grave risco de um incidente desse tipo, dado o fracasso das autoridades peruanas para parar a exploração ilegal e desenfreada de madeira em seu lado da fronteira.

Recentemente os índios tinham se aproximado cada vez mais da aldeia dos índios Ashaninka que vivem perto do rio Envira.

Terça-feira saiu a notícia da remota região de que no domingo, os índios haviam feito contato com os Ashaninka, que tinham alertado sobre a sua presença durante várias semanas.

Uma equipe especializada da FUNAI está na área para fornecer ajuda para o grupo recém-contatado, e uma equipe médica foi enviada para tratar possíveis epidemias de doenças respiratórias comuns e outras doenças para as quais índios isolados não têm imunidade.

Nixiwaka Yawanawá, um índio do estado de Acre no Brasil que se juntou à Survival para falar sobre os direitos indígenas, disse: "Eu sou da mesma região desses índios isolados. É muito preocupante que meus parentes estão em risco de desaparecer. Isso mostra a injustiça que enfrentamos hoje. Eles são ainda mais vulneráveis, porque eles não podem se comunicar com as autoridades. Ambos os governos devem agir agora para protegê-los e impedir um desastre contra os meus parentes."

O diretor da Survival, Stephen Corry, disse hoje: "Tanto o Peru como o Brasil garantiram que iam parar a exploração madeireira ilegal e o tráfico de drogas que estão empurrando índios isolados para novas áreas. Eles fracassaram. Os traficantes até ocuparam um posto de guarda do governo destinado a monitorá-los. Os índios isolados agora enfrentam o mesmo risco genocida de doenças e da violência que caracterizou a invasão e ocupação das Américas durante os últimos cinco séculos. Ninguém tem o direito de destruir esses índios."

Notas para editores:

- A Diretora de Pesquisa da Survival, Fiona Watson, especialista mundial em tribos isoladas, está disponível para entrevistas.



'Sou filho de uma geração dos índios sem futuro', diz Gersem Baniwa

SÍTIO A CRÍTICA, 06.07.2014

Gersem Baniwa convoca militantes para retomada da ação protagonista, que fez bonito nas décadas de 80 e 90: é preciso transformar potencial em realidade

Nos dedos das mãos, quatro alianças. A de ouro, simboliza seu casamento. As outras três, em cores diferentes, são feitas do caroço de tucumã. A mais clara, no plano político, representa a cultura do branco; a de cor parda, o índio; a de cor preta, o negro; e no conjunto elas compõem um esforço pela grande aliança em favor da "transculturalidade do espírito humano". Assim Gersem José dos Santos Luciano Baniwa define os símbolos que carrega.

E eles falam muito do atual momento de vida desse pesquisador e líder indígena, que tenta reunir o movimento indígena da Amazônia, renovar alianças com outros movimentos para garantir conquistas e encantar os jovens à caminhada que precisa ser feita.

Há 30 anos, Gersem ajudou a fundar a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e a Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Foi secretário de Educação em São Gabriel da Cachoeira, onde nasceu, e um dos responsáveis pela inclusão nas escolas do município de línguas indígenas, feito inédito no Brasil e legalizado no ano 2000.

Amante do diálogo, ele viajou o mundo, ocupou muitos cargos, estudou, produziu artigos e livros. Hoje é professor de Educação e diretor do Departamento de Políticas Afirmativas na Universidade Federal do Amazonas. É nessa condição que retoma as articulações dos povos indígenas. Em entrevista a A CRÍTICA, classifica de vergonhosa a situação das escolas indígenas no Amazonas e afirma que o movimento indígena estadual se acomodou. A seguir trechos da conversa:

Como o senhor avalia a atuação do movimento indígena?

A primeira característica é que a participação do Amazonas foi muito marcante no cenário nacional. Historicamente, contribuiu muito para as conquistas dos povos brasileiros nos anos pós-Constituição de 1988. A segunda é que o movimento foi, até em um passado recente, mais criativo e mais concreto. Hoje se tornou um potencial. Existe uma força enorme, mas ela está adormecida. As décadas de 80 e de 90 foram mais produtivas. Na virada do milênio, o movimento retrocedeu, não à sua potencialidade e sim no seu protagonismo na luta. Temos lideranças históricas vivas e a maioria delas saiu de cena.

Por que saíram? Onde elas estão?

Trabalhando, mas saíram da linha de frente. Vou citar dois casos emblemáticos: Manoel Moura e Orlando Baré. São figuras importantes do Rio Negro, que continuam dando aula, mas não

CONT.



nesse debate e na articulação que exigem amadurecimento e experiência. São duas lideranças de centenas que existem no Amazonas, uma geração de indígenas com experiências muito boas da realidade brasileira, que passou por um processo de formação política forte. A geração jovem não tem essa formação, embora tenha potencial. É uma geração que recebeu praticamente tudo pronto, os direitos garantidos, e perdeu a referência com o processo histórico. O Amazonas é o Estado que mais tem índios mestres, graduados. Só no rio negro são mais de 600 indígenas que concluíram a graduação, mais de 20 com mestrado e alguns no doutorado. É um pessoal envolvido com o debate acadêmico, mas com pouca inserção e contribuição na luta política de suas comunidades.

As conquistas engoliram as ações do movimento indígena estadual?

Uma das coisas que engoliu a política do dia a dia foi a academia. Os jovens entram na universidade e têm a agenda preenchida por outras demandas, não sobra tempo para fazer a militância política. O outro braço, é a conquista que levou lideranças a postos de política pública (cargos públicos); nós temos no Amazonas uma secretaria, gerências no setor de educação indígena. Esses espaços também não deixam tempo para a militância pois se exige muito dos índios que mostrem trabalho, produtividade. Isso resultou nesse cenário contraditório. Ocupar espaços públicos é uma conquista, entrar na academia é outra. O problema é que deixamos de fazer a luta política. E, infelizmente, a nossa realidade de direito no Amazonas é uma das piores no cenário nacional.

De que realidade o senhor fala como sendo a mais crítica?

Um terço das nossas escolas no Amazonas não tem prédio, um absurdo para um País que é a sétima economia do mundo. São mais de 900 escolas indígenas das quais 300 sem prédio. Não há indicador melhor do que esse para demonstrar o atraso das nossas políticas. Quando vamos olhar, todos os anos, os indicadores da Prova Brasil e do Enem, as piores escolas estão no Pará ou no Amazonas. E é como se esses dados não importassem para tomar decisões, como se tudo estivesse na santa paz e os problemas resolvidos. Você não vê mais denúncias, não vê mais críticas na imprensa, não vê mais mobilização. E temos desafios gigantescos!

A burocracia embrulhou o movimento indígena?

Sem dúvida. A capacidade de mobilização e de luta ficou descoberta. As lideranças de comunidade continuam falando e reclamando mas não tem eco fora da aldeia. Os problemas que os caciques enfrentam nas comunidades não chegam ao conhecimento de onde deveriam chegar. Isso é típico do Amazonas, não é a realidade brasileira, porque no Brasil a luta é brutal, principalmente no Nordeste e no Sudeste. Esse recuo na vanguarda da política regional é típico do Amazonas e em geral da Amazônia, o que influencia na política nacional.

O senhor se considera uma liderança indígena?

Do ponto de vista prático, de estar na linha de frente, já fui anos e anos – basicamente por duas décadas. Para mim, liderança é estar atuando na linha de frente. Hoje não tanto. Estou tentando voltar, retomar a partir da minha experiência pessoal a nossa atuação política.

CONT.



Queremos o movimento indígena voltando à cena, ao centro das discussões, pautando suas questões.

Por onde andou Gersem Baniwa nesse tempo? No mundo acadêmico e profissional, incluindo espaço público. Sou parte disso que estou falando. Me afastei da militância e hoje vejo que isso não poderia ter acontecido. É um aprendizado. Minha geração, que foi atuar nos espaços de governo, constitui a primeira experiência do gênero no Brasil. Temos uma meia desculpa para isso. O importante é que estamos tendo a coragem e a capacidade de fazer a autocrítica. Se houvesse lideranças antes de nós que tivessem nos alertado dos riscos desse caminho, teríamos tomado mais cuidado. Não foi ruim, não nego a importância dessa presença, mas poderia ter sido uma relação mais adequada entre esse tipo de participação e a militância. Esse é o desafio hoje: compreender como conciliar diferenças de gerações.

Como pretende dar os nós dessa rede? Por onde começar?

Minha luta sempre foi pelo diálogo. No caso indígena brasileiro, não vejo caminho melhor. É claro que algumas vezes o diálogo precisa ser mais duro e firme; por vezes, precisa ser mais radical e até mesmo promover rupturas quando não são produtivos, mas ainda assim vejo o diálogo como o melhor instrumento.

Os jovens indígenas parecem ter pretensões diferentes daquelas que marcaram sua juventude...

Eles têm e são um grande desafio para nós. Os indígenas mais jovens têm uma enorme dificuldade de compreender qual o futuro que eles querem. É dessa transição que estou falando. Minha geração tinha claro o lugar dela no mundo: um lugar de escuridão. Sou de uma geração que nasceu com a ideia de que os índios não tinham futuro. Eram então dois horizontes: deixar de ser índio ou resistir. Vivíamos uma realidade de dominação, de violência cultural, porque éramos considerados seres transitórios. A partir da resistência fomos criando um horizonte próprio. Com a Constituição de 88, ficou mais claro e fomos dando segurança para seguirmos sendo nós.

O que ficou para a juventude indígena de hoje?

Um quadro complicado. Ocorre que o jovem indígena atual não tem ideia de que há 30 anos isso não existia, que foi uma conquista. A perspectiva é a de se aproximar do mundo branco, das tecnologias, sem considerar no que implica essa atitude. A tendência é que ele tenha uma perspectiva do não-indígena, isso, é claro, se a questão não for tratada com seriedade pelos povos indígenas com todos os instrumentos que possui hoje dentre os quais a escola. Não está nada perdido, mas cabe aos jovens construir esse horizonte. Nós não tínhamos esse caminho aberto, tivemos que construir. Me parece que os jovens não enxergam bem onde começa essa história. Eles precisam ser apoiados para definir sua identidade geracional enquanto passado, presente e futuro. Falta essa referência.

Por que se chegou a essa situação?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

Muito resultado da própria sociedade indígena. A escola indígena avançou pouco em relação a isso. E esse movimento indígena, até pelo imbróglio que vive, de luta territorial, não tem tempo para cuidar dos seus jovens. O movimento pela educação tem que levar em conta essa realidade e focar nisso: qual é a nossa contribuição, como liderança, para a educação dos nossos jovens para o horizonte? Contribuímos e garantimos um horizonte. A questão agora é: como é essa nova geração vai dar continuidade a esse horizonte? Se nos acomodarmos esse horizonte não será bom.

A questão da terra continua sendo um problema para os povos da Amazônia?

Sem dúvida. Diferente do que eu achava há dez anos, com o avanço das demarcações das terras indígenas. Hoje tenho certeza de que o território continuará sendo eternamente o principal gargalo dos povos indígenas. A razão é muito simples: o poder capitalista nunca vai sossegar e a medida que as alternativas vão se esgotando, o olhar do capitalismo se voltará para os territórios indígenas. Não há chance dessa questão ser resolvida pelo menos nos próximos 50 anos. Todo dia é uma luta.



Campanha arrecada cabelos para vítimas de escarpelamento no Pará

SÍTIO G1/PA, 06.07.2014

*Ação é realizada neste domingo, 6, na Praça da República, em Belém.
Cabeleireiros irão orientar quem quiser cortar os cabelos e doá-los.*

A Organização dos Ribeirinhos Vítimas de Acidentes de Motor (ORVAM) promove na manhã deste domingo (6), na Praça da República, em Belém, a campanha "Doe seu cabelo como um gesto de amor". A ação visa arrecadar cabelos doados para a confecção de perucas para as vítimas de escarpelamento nos rios da Amazônia.

Um grupo de cabeleireiros irá auxiliar no corte de cabelo de pessoas dispostas a doá-los para a entidade. Durante o evento, que se estenderá até o meio dia, ainda serão vendidos materiais como camisetas e cuias pintadas artesanalmente pelas integrantes da organização não governamental.

"Este é um momento de difundir a importância do apoio da sociedade paraense na luta pela erradicação do escarpelamento no estado", afirma Maria Cristina Santos, presidente da ong, fundada em janeiro de 2011, que presta apoio às vítimas com campanhas de arrecadação de cabelos para a produção de perucas e cursos de capacitação para as integrantes.

O escarpelamento é um acidente recorrente nos rios da região amazônica. As vítimas, na maioria mulheres e crianças, após passarem por inúmeros procedimentos cirúrgicos, usam perucas para restabelecer a autoestima.



Indígena é encontrado morto em aldeia Amambai

SÍTIO TOP MÍDIA NEWS, 06.07.2014

Vítima estava com corte na cabeça e a polícia acredita que o ferimento tenha sido provocado por um golpe de facão

Um indígena foi encontrado morto na madrugada deste domingo (6), por volta das 2 horas, na aldeia Amambai, a 355 quilômetros de Campo Grande.

De acordo com o boletim de ocorrência, a vítima identificada como Tito Ximenes, de 47 anos, estava com um corte na cabeça. A polícia acredita que o ferimento tenha sido provocado por um golpe de facão.

O corpo foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) e o caso foi registrado na Delegacia de Polícia de Amambai, onde será investigado.



Indígena é preso por esfaquear homem em aldeia Bororó

SÍTIO TOP MÍDIA NEWS, 06.07.2014

Até o momento não se sabe o que motivou a tentativa de homicídio e o irmão do suspeito está sendo procurado por envolvimento no crime

Evailton de Souza Martins, de 27 anos, mais conhecido como "Viraí", foi preso por esfaquear um homem na aldeia Bororó, em Dourados. O crime aconteceu nesse sábado (5) e o suspeito foi preso por volta das 16 horas, após ser entregue, por líderes indígenas, aos policiais.

Segundo o site local, Dourados News, a vítima Genésio Gonçalves Benites, de 23 anos, foi esfaqueado no tórax. Ele foi socorrido e encaminhado para o Hospital da Vida, onde permanece internado.

O irmão do suspeito, Vanildo Marins, de 30 anos, mais conhecido como "Bolé", também está sendo procurado por participação no crime. Até o momento não há informações sobre o motivo da tentativa de homicídio e o caso foi registrado no 1º Distrito Policia do município, onde será investigado.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

Polícia Militar efetuou a prisão de dois indígenas por terem praticado o crime de lesão corporal dolosa

SÍTIO RÁDIO NATIVA ON LINE, 06.07.2014

Amambai (MS) – Na noite deste sábado (05/07), a Polícia Militar efetuou a prisão de dois indígenas por terem praticado o crime de lesão corporal dolosa contra um adolescente de 17 anos.

O adolescente estava sentado em frente sua casa, no centro de Amambai com alguns amigos, por volta das 21:40 horas, quando os dois autores teriam se aproximado e pedido por bebidas alcoólicas, diante da negativa, um dos indígenas de posse de um facão, desferiu um golpe contra a cabeça da vítima, que foi socorrida por populares até ao hospital regional, onde foi atendido e permaneceu internado sob observação.

Que os autores foram encontrados nas imediações, detidos e reconhecido pelas testemunhas, foram encaminhados ao DP de Amambai-MS, juntamente com o facão usado no crime, para providências cabíveis



Aplicação da lei das cotas, ainda, causa polêmica em ITZ

SÍTIO IMIRANTE.COM, 06.07.2014

Estudantes cotistas de outras cidades enfrentam dificuldades por falta de abrigo.

IMPERATRIZ – O debate sobre a aplicação das cotas é bastante polêmico. Mas observar a realidade de alunos cotistas nas instituições de ensino superior de Imperatriz é simples.

As deficiências nas políticas de permanência estudantil no ensino público, junto dos problemas enfrentados, em sua maioria ainda no ensino base que é oferecido, refletem no número de desistência de alunos cotistas.

Problemas esses, que têm origens na rede de ensino público municipal, podendo citar, como exemplo, a greve da rede municipal de ensino, que já dura mais de 60 dias.

A coordenadora substituta da Educação Escolar Indígena Eliene Costa, afirma que a falta de políticas de permanência estudantil faz com que o ingresso de alunos indígenas ao ensino superior, seja a principal dificuldade enfrentada por alunos que têm, ainda, que passar por uma adaptação cultural.

“Existem as cotas, mas aqui não tem estrutura para eles permanecerem na cidade. Primeiro que o curso não é específico para indígenas, e depois eles não têm uma bolsa permanência, pois eles saem da aldeia, mas não tem quem custeie a moradia, então, o que impede os indígenas de fazer universidade federal, é justamente a permanência dele na cidade”, ressalta.

A diretora em exercício da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), enfermeira Maria Neirian de Fátima, acredita que a pouca demanda de indígena ao ensino superior, se dá pela baixa procura pelas vagas, podendo ser refletida no impacto de permanência e adesão a uma cultura diferente.

“Acredito que falta uma adesão maior dos próprios indígenas. Fizemos o projeto Apoema, que nesse projeto fomos para a aldeia e falávamos sobre a graduação. E eles têm muitas dúvidas, principalmente de como se manter na instituição. Aí vem à moradia, adaptação, tudo isso acaba influenciando na decisão de realizar o Sisu”, explica a diretora.

Novo Jornal acompanha cerimônia indígena realizada pelo pajé Yawa Rani
SÍTIO NOVO JORNAL, 06.07.2014



Moura Neto
Do Novo Jornal

Sábado, véspera de São Pedro, 21 horas. Num recanto bucólico do Vale do Pium, em Nísia Floresta, cerca de 50 pessoas formam uma roda numa área reservada às margens do Lago Azul. No meio do círculo está um homem baixinho, com pouco mais de um metro e meio de altura, olhos puxados como os dos orientais, cabelos negros e lisos, um sorriso fácil no rosto largo. Seu nome é Yawa Rani, pajé da nação yawanawá que, aos 102 anos, viaja pelo Brasil para difundir as tradições e a cultura do povo que habita a Área Indígena Rio Gregório, no município de Tarauacá, no Oeste do Acre.

Pela primeira vez em território potiguar, o curandeiro está prestes a iniciar um ritual xamânico para um grupo de iniciados e curiosos. Acompanhado do filho Tawahu, 32, ele faz uma saudação rápida em português básico aos presentes, dando a entender, logo de saída, que o que ele tem para ensinar naquela jornada – prevista para se prolongar por toda a noite – será com doses generosas de alegria e animação. O velho alquimista da floresta desempenha, há mais de meio século, o papel de guia espiritual dos yawanawá, fazendo uso de plantas de poder para fins medicinais e/ou invocação de entidades.

Sob um céu estrelado, com a bênção do santo da vez, que nesta noite deu trégua às chuvas que irrigam o ciclo junino, a cerimônia a ser iniciada daqui a pouco será composta basicamente de cantos e danças indígenas. Para embalar o espírito da coisa, porém, será servida aos

CONT.



presentes a bebida sagrada do povo yawanawá, o Uni (também conhecida por ayahuasca*), cujas propriedades favorecem a expansão da consciência.

Também será feito o uso do rume (rapé), mistura de cinza de árvore com tabaco que, inalado, pode expulsar qualquer coisa ruim e malefício que esteja atrapalhando a vida da pessoa, segundo acreditam os índios, além de servir como expectorante natural. Dizem que também auxilia em processos de cura, protegendo e integrando o curandeiro às forças da natureza.

- Atenção pessoal, vamos fazer o despacho do Uni! Peço que formem duas filas, uma de homens e outras de mulheres – avisa o txai* Costa, um dos organizadores do evento e principal responsável pela vinda da liderança yawanawá ao Nordeste - além de Natal, ele esteve em Recife. Publicitário e produtor de peças audiovisuais, Francisco Costa Rebelo, 35, nasceu no Piauí, morou em Belém e Curitiba, onde iniciou o estudo do xamanismo. Viajou várias vezes à reserva dos yawanawá a partir de 2010, vivendo com eles durante cinco meses em 2012, períodos em que foi introduzido na magia do povo que pertence ao grupo étnico pano e ocupa uma área de 92,8 mil hectares às margens do rio Gregório.

Há pouco mais de dois anos em Natal, Costa e a esposa Nicole Passos, 28, abriram um espaço de convivências na Vila de Ponta Negra. A Casa Aho*, sob o comando do casal, oferece cursos e workshops de terapias alternativas, aliados a cerimônias espiritualistas. Nicole é paraense, naturoterapeuta e doula, que trabalha em parceria com a Rede de Apoio a Maternidade Ativa (RAMA) promovendo encontros com gestantes que optam por parto natural e domiciliar.



A Peleja do Povo Contra o Dragão de Ferro [Não à Vale e a Carajás, agora na íntegra]
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.07.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=o-bZvgk50NI

O que pensam as mais de cem comunidades atingidas pelo complexo minerometalúrgico, capitaneado pela Vale, desde sua mina em Parauapebas-PA, até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís-MA?

O que sentem aqueles que veem nossas riquezas saqueadas para longe, deixando para o povo suas mazelas: doença, fome, violência e morte?

O que dizem os movimentos sociais e a sociedade civil organizada a respeito da duplicação de todo o sistema mina-ferrovia-porto que vem sendo implementada pela Vale e patrocinada pelo Estado? Como pesquisadores e acadêmicos interpretam os investimentos e os grandes projetos que garantem 'desenvolvimento' a essa região?

"A peleja do povo contra o dragão de ferro – Carajás 30 anos " vai em busca dessas respostas, percorrendo todo o corredor de Carajás, encontrando pessoas, culturas e mostrando sonhos.

O filme, dirigido pelo maranhense Murilo Santos, dá continuidade a outras produções que analisam as violações de direitos promovidas pelos grandes projetos econômicos na Amazônia oriental, que historicamente têm contribuído para o avanço do capital na região.

A produção concentra-se nos impactos da duplicação da Ferrovia e ampliação do Projeto Carajás, interpretado como uma segunda versão do Programa Grande Carajás. A abordagem do documentário realça, também, a luta e as resistências do povo ao longo do processo.

Essa produção é resultado do "Seminário Internacional Carajás 30 Anos: mobilizações e resistências frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental", que mobiliza várias comunidades, movimentos sociais e pesquisadores acadêmicos nos diversos territórios do corredor Carajás.

Papa diz que exploração da natureza é pecado de nosso tempo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.07.2014



Reuters

Campobasso, Itália – O papa Francisco pediu neste sábado por mais respeito à natureza, afirmando que a destruição das florestas da América do sul e outras formas de exploração ambiental é um pecado da era moderna. Em pronunciamento na Universidade de Molise, em uma região agrícola e industrial no sul da Itália, o papa afirmou que a Terra deve poder prover seus frutos sem ser explorada.

“Este é um dos maiores desafios de nosso tempo: converter nós mesmos para um tipo de desenvolvimento que sabe como respeitar a Criação”, disse ele a estudantes, fazendeiros e trabalhadores dispensados, presentes à cerimônia realizada na universidade.

“Quando eu olho para a América, também minha terra natal (América do Sul), tantas florestas, todas cortadas, que se tornaram apenas chão ... que não pode mais dar vida. Este é nosso pecado, explorar a Terra e não permitir a ela nos dar o que ela tem”, disse o papa argentino de improviso.

Francisco, que assumiu seu nome a partir da inspiração de São Francisco de Assis, santo do século 13 visto como patrono dos animais e do meio-ambiente, está escrevendo uma encíclica sobre o relacionamento do homem com a natureza. Desde sua escolha em março de 2013, o líder dos 1,2 bilhão de católicos romanos têm feito muitos apelos em defesa do meio-ambiente.



Carta da 37ª Romaria da Terra e das Águas ao Bom Jesus da Lapa: "Libertar a terra é defender a vida"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.07.2014

Na manhã deste domingo, 06/07, foi encerrada a 37ª Romaria da Terra e das Águas ao Bom Jesus da Lapa com grande plenário reunindo romeiros e romeiras de várias regiões da Bahia e de outros Estados. Após três dias de celebrações e reflexões os participantes voltam às suas comunidades com o compromisso de continuar a luta por uma vida digna e com a terra libertada. Confira a seguir a Carta do Encontro. (CPT BA)

Carta da 37ª Romaria da Terra e das Águas ao Bom Jesus da Lapa

"Libertar a terra é defender a vida"

"A igreja da Lapa foi feita de pedra e luz." Assim cantam os romeiros e romeiras no Santuário do Bom Jesus da Lapa. Nós da 37ª Romaria da Terra e das Águas, cerca de 6.000 pessoas dos vários cantos da Bahia e também de Minas Gerais, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio de Janeiro, tomamos deste canto popular tradicional a inspiração para comunicar às comunidades, às organizações populares e movimentos sociais, às igrejas, às autoridades e à sociedade brasileira, as pedras e as luzes que esta romaria identificou em nossa caminhada de fé e luta. Pedras de tropeço, dureza, peso, dificuldade, mas também firmeza, teimosia, resistência. Luzes que iluminam o chão da caminhada e também o horizonte da chegada, o fim do túnel, a alvorada do Reinado de Deus, que é Amor, Justiça e Paz em tudo e todos. Em cada momento de nossa romaria, da celebração de abertura à de envio, na via sacra de Cristo e do povo e do corpo do mundo, nos cinco plenários temáticos, no ritual da penitência, no ofício de Nossa Senhora e no grande plenário conclusivo, perpassaram o desejo premente e o compromisso inadiável da terra livre e da vida em abundância.

Pedras. Multiplicam-se e se agravam os aprisionamentos e flagelos em que a terra e as gentes se debatem: desistência da reforma agrária e má vontade em reconhecer, demarcar e titular os territórios dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, fundos e fechos de pasto), nos cerrados, caatingas e mata atlântica; tráfico de pessoas e trabalho escravo; exploração sexual de jovens e crianças; degradação do rio São Francisco e de outras bacias hidrográficas. São consequências de um modelo de vida, de economia, de política e de sociedade, que vende a ilusão de que é capaz de combinar velhas e novas formas de crescimento incessante com garantia dos direitos humanos e da natureza, altas taxas de lucro com mínima inclusão social, expansão da produção e dos mercados com redução do aquecimento global, bancada ruralista com agricultura familiar, alimentação saudável e respeito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Um modelo em franca expansão através de empreendimentos favorecidos pelo Estado, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, o Porto-Sul, o Pólo Naval na Baía de Todos os Santos, a Transposição do Rio São Francisco e outros, a serviço do agro e hidronegócio, das mineradoras, dos parques eólicos, das imobiliárias. No mesmo sentido, vão os instrumentos jurídicos levados no Congresso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

Nacional, como Propostas de Emendas Constitucionais, Projetos de Leis e Portarias Ministeriais que tentam suprimir direitos duramente conquistados, em nome do crescimento e da exportação sem limites.

Luzes. São iluminados e iluminadores os que não se rendem e persistem na luta pela terra e pelos territórios, os movimentos e organizações sociais que não se atrelam a governos e empresas, as Comunidades Eclesiais de Base que insistem em juntar “fé e política, justiça e profecia a serviço da vida”, a infância protegida, a juventude do campo e da cidade que não se deixa seduzir pela banalidade da vida atual e os que defendem as águas e todos os bens da terra. Disse a romeira Dona Sônia, “o que a gente quer ainda não está inteiro, mas não abrimos mão da metade”. Continuamos a sonhar com o mundo liberto e a vida plena os que buscam uma educação contextualizada, a valorização do saber popular e ancestral e o diálogo e a unidade na luta dos vários movimentos e organizações do campo e da cidade.

“Não deixem a profecia morrer”, nos pedia Dom Hélder e nos repetia Dom Tomás Balduino, falecido recentemente. Animados e animadas pelo testemunho deles e tantos companheiros e companheiras fiéis lembrados nesta romaria, lutamos para reverter este processo de destruição do planeta e das vidas nele existentes, na construção de uma outra sociedade baseada em relações igualitárias, descentralização do poder e profundo respeito à natureza. Nenhum progresso é justo e desejável se o bem-estar de uns requer a exploração e a miséria de outros. LIBERTAR A TERRA É DEFENDER A VIDA!

Bom Jesus da Lapa, 06 de julho de 2014



Reflexão e troca de experiências no segundo dia da 37ª Romaria da Terra e das Águas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.07.2014

Os Plenarinhos movimentaram o segundo dia da 37ª Romaria da Terra e das Águas, em Bom Jesus da Lapa – BA, neste sábado, 05/07. Os encontros temáticos aprofundaram questões sobre os direitos da criança, juventude, trabalho escravo, revitalização das bacias hidrográficas, defesa dos territórios, e fé e política, contando com as contribuições dos romeiros e romeiras na partilha de suas experiências de luta e vivências de fé. Confira a seguir os registro desses encontros.

Por Equipe de Comunicação da 37ª Romaria da Terra e das Águas

Crianças empoderadas

Pela segunda vez a romaria abriu um espaço exclusivo para os romeiros mirins com o plenarinho “Criança é para ser amada e não explorada e abandonada”. Com a coordenação da Pastoral da Criança, da diocese de Irecê, a plenário reuniu cerca de 200 pessoas, entre adultos e crianças, aprofundando o tema do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Para a romeira Sheila Moreira, da comunidade de Senhor do Bonfim, arquidiocese de Vitória da Conquista, “hoje as nossas crianças estão expostas a tudo, por isso a importância deste plenário”.

E a lição foi bem feita! A garotinha Hellen de Souza, 10 anos, de Canarana, diocese de Irecê, soltou a voz: “criança é para brincar, estudar e não para trabalhar. Foi muito bom a romaria colocar um plenário para nós. Hoje aprendi sobre os nossos direitos e também como devemos respeitar os nossos pais”, pontuou.

A presença do inspirador do plenarinho, Felipe Vieira, do município do este baiano Sitio do Mato, ganhador da Olimpíada Nacional de Matemática, e o estudo do ECA animaram a criançada a reivindicar seus direitos, através de desenhos e cartazes, com reivindicações dirigidas aos pais, igreja e governo.

Trabalho escravo e exploração sexual são destaques na reflexão da juventude

O plenarinho da juventude contou com a presença de mais de 300 jovens envolvendo representações da Pastoral da Juventude – PJ, Pastoral da Juventude do Meio Popular -PJMP, Pastoral da Juventude Rural – PJR, Levante Popular da Juventude – LPJ, juventude do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Juventude do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e outros, para refletir o tema “Libertar a juventude do campo e da cidade”

Embalados por músicas, os jovens iniciaram as atividades com um momento celebrativo seguido de uma homenagem ao patrono do plenarinho, Ney Silva, membro da PJMP da diocese

CONT.



de Bom Jesus da Lapa, falecido em 2011.

O espaço buscou contemplar o espírito da juventude envolvendo o trabalho de formação com dinâmicas, agitação e animação. A assessora Elizabete Dias, assistente social, tratou do tema da exploração sexual, enfocando a desigualdade social como fenômeno que determina a exploração sexual e como se configura o mapa da exploração no Brasil. O Trabalho Escravo foi abordado por Elizabete, da Comissão Pastoral da Terra – CPT e Fabiano, secretário da Campanha no estado da Bahia.

Eles destacaram que o trabalho escravo no Brasil tem como motivador a concentração de terra, que atualmente está caracterizado no agronegócio. Informando que as principais vítimas desta relação são homens, sendo na sua maioria jovens. Falaram também sobre os meios de defesa dos trabalhadores, orientando as organizações para realização de denúncias ao Ministério do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho, assim como as organizações de apoio, inclusive à CPT.

O plenarinho, que contou ainda com a partilha de informes e experiências dos participantes, ressaltou a necessidade de organização e mobilização da juventude para o questionamento e construção de ações que promovam a justiça social e a democracia.

Atentas às reflexões, a estreante na romaria, Cecília Cunha, 21, de Jabaraguara, diocese de Jequié, considerou o encontro “maravilhoso e uma motivação para muitas pessoas”; e Patrícia Rodrigues, 23, de Morropará, arquidiocese de Vitória da Conquista, diz que vai “assumir o compromisso de colocar em prática tudo que foi apreendido”.

O Rio São Francisco e outras Bacias: como salvá-las?

Na Igreja Bom Jesus dos Navegantes, em Bom Jesus da Lapa, o Plenarinho do Rio São Francisco revelou novas experiências de resistência popular contra projetos degradantes em outras Bacias Hidrográficas da Bahia.

Representantes de comunidades tradicionais, organizações e movimentos populares de diferentes territórios da Bahia conheceram e compartilharam diversas experiências de organização e mobilização popular pela revitalização de bacias hidrográficas. Entre as experiências relatadas, a defesa e promoção do direito à terra e ao território, na luta contra os grandes projetos, se mostrou estratégica para o trabalho de preservação de bacias.

Este é caso da Bacia do Rio Formoso. De acordo com o integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Temóteo Gomes da Silva, a mobilização popular impediu a construção de barragens ao longo do rio para a construção das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH). Ele alerta, entretanto, que os grandes projetos produtivos ameaçam o acesso a água das comunidades tradicionais, a exemplo da retirada de água do Rio Itaguari para projetos de criação de peixe, que consome 40% da água do rio. Marly Lessa Ribas, que também integra o MAB no Médio São Francisco, lembrou, entretanto, que no Rio Itaguari existem 26 projetos de construção de barragens, mas nenhuma foi construída ainda também pela força da mobilização popular.

CONT.



O coordenador do Projeto de Articulação Popular São Francisco Vivo, Ruben Siqueira, lembrou que iniciativas como essas mostram que resistir contra as tentativas de avanço do sistema de produção capitalista sobre as terras e os territórios é a melhor forma de evitar a degradação. "Sem mudar o sistema, ficamos a enxugar gelo. Tem que lutar pelo saneamento, mas tem que lutar para parar a poluição. Tem que lutar por coleta, mas é necessário lutar para parar de produzir lixo", disse.

O coordenador técnico de um dos Programas de Convivência com o Semiárido da Articulação no Semiárido Brasileiro (P1+2/ASA), José Vieira, destacou a importância do trabalho de formação e organização das comunidades na resistência contra os grandes projetos. Ele citou o exemplo das famílias das comunidades de Malhada e Vereda dos Cais, no município de Caetité, também no Médio São Francisco. Nestas comunidades onde já existe um trabalho de convivência com o semiárido, as famílias se negaram a ir às reuniões e assinar documentos da empresa Renova Energia, que vem instalando Parques Eólicos na região. As que ficam, entretanto, sofrem com o desmatamento, a perfuração intensa de poços artesianos para uso exclusivo da empresa e a destruição das nascentes.

Homenagem – Exemplo de vida e trabalho pela resistência e organização popular, a professora Cremilda Teixeira de Souza foi homenageada durante o Plenário do Rio São Francisco. A homenagem foi feita pelo filho, João Pereira, que contou um pouco da história de vida de sua mãe e animou o Plenarinho com a canção Do Francisco, de sua autoria. Filha da lavadeira Maria Senhora Teixeira, Cremilda engajou-se como educadora na comunidade do Magal Barro Vermelho, hoje reconhecida como comunidade remanescente de quilombolo graças à sua intensa contribuição na luta pela terra.

"Fé comprometida com a vida"

Entoando cantos que convidam para o compromisso com a luta do povo, romeiros e romeiras refletiram sobre as suas dificuldades, esperanças, fé, organização e coragem para construir uma sociedade justa e uma vida digna em abundância no plenarinho "Fé e política: CEBS – Justiça e profecia a serviço da vida".

O assessor do plenarinho, padre Luís Miguel, da diocese de Ruy Barbosa, provocou o público com a pergunta: quem aqui é político? Trazendo a discussão para a importância de se fazer presente em todos os espaços da sociedade. "Devemos ser políticos. Ser político é ser cidadão. A partir de nossa fé devemos participar da câmara de vereadores, dos fóruns de cidadania, defender as lutas", ressaltou o religioso.

Para o assessor a fé tem que está comprometida com a vida. Fazendo esta relação ele faz memória aos padres Cícero e Ibiapina, "profetas, principalmente do povo da roça, com atitudes e palavras".

Animando ainda mais a reflexão a partir da memória de pessoas que dedicaram suas vidas à serviço das lutas populares, o plenarinho destacou a trajetória de Francina da Conceição, homenageando-a como patrona do grupo, com a presença de seus familiares. Leiga consagrada, tia França, como era conhecida, faleceu em junho de 2013 deixando uma

CONT.



caminhada marcada por uma fé vivida na simplicidade e na doação aos empobrecidos. Foi servidora pública, professora, vereadora, exercendo sua cidadania através da política ligada à fé e à vida.

A trajetória desses “profetas” inspira a caminhada do povo. “A gente se anima”, diz Arlindo Barbosa, da diocese de Vitória da Conquista, que todos os anos participa da romaria. “Eu venho para me realimentar, para fazer um trabalho de libertação da terra e das águas procurando uma vida melhor para todos nós, pobres”, enfatiza o trabalhador rural. Sua fala é seguida pela romeira Jaqueline Machado, “é a minha terceira romaria e sempre quero voltar para renovar a fé e a vontade de lutar”.

Reafirmando a romaria como um espaço não só de reflexão, mas de troca de experiências, os romeiros partilharam as dificuldades vividas em suas comunidades e suas vivências de fé. Falta de trabalho digno, assistência à saúde e educação; problemas com drogas; avanço da mineração e agronegócio; evangelização foram alguns dos temas trazidos pelo povo, destacando que o sofrimento não é isolado e que o compromisso com a luta é de todos.

Desafios e avanços na luta das comunidades tradicionais em defesa dos seus territórios

Reunindo sem terra, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas e pescadores, o plenarinho “Terra e território: libertar a terra é defender a vida” refletiu sobre os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais e camponeses na defesa de seus territórios e modos de vida. Instalados em áreas cobiçadas pelo mercado de terras e pelo agronegócio, as famílias encontram-se pressionadas pelo avanço dos projetos do capital.

Os sem terra trouxeram para o encontro a discussão sobre a conquista da terra, monocultura, organização dos movimentos sociais, descaso do judiciário e linha de crédito para os assentamentos, bem como a necessidade de unidade nas lutas.

A turma do fundo e fecho de pastos, quilombolas e pequenos agricultores contribuíram com abordando as questões da falta de políticas públicas estruturantes, regularização dos territórios, respeito às culturas locais. E ainda, a burocracia dos bancos, documentação das terras, minifúndios, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, crédito para jovens, assistência técnica apropriada, educação contextualizada.

Os pescadores não ficaram de fora, provocando a discussão sobre a poluição dos rios, sendo seguido dos indígenas com a abordagem da intimidação por parte da Polícia Federal e do descaso do Estado e retomada dos seus territórios.

Os avanços das lutas também foram apresentados no plenarinho. Destacando a formação da classe trabalhadora, projeto de habitação, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Além da união das associações, produção, comercialização, regularização de algumas áreas e levantamento fundiário com o apoio das entidades. Bem como, a formação de colônias, venda de peixes para merenda escolar, formação para os núcleos e criação do Ministério da Pesca.

Provocação: Funai demarca Terra Indígena no reduto eleitoral do relator da #PEC215
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.07.2014

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT			
DESIGNAÇÃO: TERRA INDÍGENA HERAREKÃ XETÁ		MAPA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: IVATÉ		SUPERFÍCIE APROXIMADA: 2.665 ha	PERÍMETRO APROXIMADO: 22 km
ESTADO: PARANÁ	CR: INTERIOR SUL	ESCALA: 1:50.000	DATA: 25/11/2013
RESP. TEC. DEFINIÇÃO LIMITES: CARMEM ESCA DA SILVA ANTROPOLOGA / CONSULTORA		RESP. TEC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: FLÁVIO LUIZ GOMES ENGENHEIRO AGRÔNOMO CREA/PR Nº 58.333/8	PROCESSO: 0620/3478-09
		VISTO COORDENADOR DA CGRR: JOSÉ ANTONIO DE SÁ ENGENHEIRO CARTÓGRAFO CREA/PR Nº 15.455/8	PORTARIA Nº: 1230/PRES/2601

A presidenta da Funai, Guta Assirati, aprovou a demarcação da Terra Indígena Herarekã Xetá, com quase 3 mi hectares no município de Ivaté, no Paraná, reduto eleitoral do Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator do projeto de Emenda Constitucional nº 215 que altera o processo de demarcação de Terra Indígenas. A aprovação do relatório circunstanciado foi publicada no Diário Oficial do União da última segunda feira, 30 de junho.

A demarcação cria uma dificuldade eleitoral para a candidata do PT ao governo do Paraná, Gleisi Hoffmann. Quando Ministra da Casa Civil, Gleisi prometeu aos produtores rurais do Paraná, que o governo não demarcaria novas áreas até que fosse aprovada uma nova legislação sobre o assunto.

Veja o perímetro aproximado da Nova Terra Indígena criada pela Funai no Paraná, terra da ex ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffaman e reduto eleitoral do deputado Osmar Serraglio, relator da #PEC215:





Comunidades indígenas venezuelanas recebem títulos de terras

SÍTIO VERMELHO, 07.07.2014

O vice-presidente Executivo, Jorge Arreaza, entregou em Cumaná, estado venezuelano de Sucre, títulos de propriedade de terra a 132 comunidades kariña com uma população aproximada de 15.230 mil pessoas.

Junto ao direito a terra – mais de 27 mil hectares – também foram entregues os recursos para o encaminhamento de projetos sócio-produtivos, relacionados com os povoados, para o desenvolvimento do transporte, infraestrutura viária e de aquadutos, ônibus, têxteis, serviços básicos e outros.

Arreaza realizou na última quarta-feira (2) um encontro com mais de 28 mil produtores agrícolas como parte da investida do Governo da Eficiência na Rua, onde conferiu os títulos à comunidade kariña, pertencente ao tronco linguístico Caribe e que habita nos estados venezuelanos de Anzoátegui, Bolívar, Monagas e Sucre.

"A entrega através do conselho federal de governo, a mais de 12 milhões de bolívares, próximo aos dois milhões de dólares, estão respaldados pelos projetos sociais e econômicos, pois de pouco serve entregar-lhes a terra se não vai acompanhada de um desenvolvimento auto-sustentável", precisou Arreaza. Ele ressaltou o "formoso trabalho do Ministério para os Povos Indígenas, junto ao governo nacional, para proteger e construir a pátria indígena", algo que afirma, não pode ser contabilizado com valor monetário.

Por sua vez, a titular dessa pasta, Aloha Núñez, explicou que por trás da entrega desses títulos de propriedade da terra há antes um grande trabalho no qual intervêm os futuros donos, de maneira espontânea, sem imposição alguma, e se faz a partir da proposta da própria comunidade.

Fonte: Prensa Latina



MPF quer retomada de demarcação
SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 07.07.2014

Grupos armados, grileiros de terras e madeireiros ilegais comandam forte pressão sobre as áreas onde vivem os índios borari-arapium, da terra indígena Maró, localizada em Santarém, no oeste do Pará. Em vista disso, o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal que faça julgamento antecipado da ação que move contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) para assegurar a demarcação imediata dessas terras. Segundo o procurador da República em Santarém, Cláudio Henrique Dias, autor da ação, a pressão dos ilegais contra a demarcação revela registros de violações de direitos, criminalização e cooptação de líderes indígenas, além de uso da mídia local para acusar os borari-arapium de serem "falsos índios".

Há o temor de novos conflitos na região depois que a demarcação foi paralisada. Para o procurador, a Funai não está dando andamento ao processo de demarcação, não vem cumprindo os prazos estabelecidos na legislação que rege o tema e não tem planejamento para conclusão dos trabalhos. Os índios estão à total mercê da boa vontade dos servidores responsáveis pela demarcação. A situação se agrava quando se percebe que a área pretendida pela comunidade indígena encontra-se localizada na Gleba Nova Olinda I, no município de Santarém.

Essa gleba, que constitui imóvel do domínio do Estado do Pará, com uma área total de 181.875 hectares, vem sendo objeto de ordenamento territorial por parte do Estado, por meio do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Um decreto estadual estabeleceu limitação administrativa provisória, até que seja dada a destinação final das áreas. O ordenamento tem a difícil missão de atender aos interesses da comunidade tradicional que vive na região, que correspondem a onze comunidades, e de setor empresarial que lá explora economicamente os recursos naturais.

MANEJO

São empresas do setor madeireiro que têm vários planos de manejo licenciados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). Além disso, o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor), vinculado à Sema, pretende efetuar concessões florestais na região. Nesse contexto fundiário estão três comunidades indígenas. O procurador salienta que o Iterpa está impedido de concluir o ordenamento territorial e o Ideflor de promover as concessões florestais, haja vista que cabe à Funai, com exclusividade, o reconhecimento e demarcação de terras indígenas.

Se as áreas onde se encontram as três comunidades forem reconhecidas como terra indígena, elas serão consideradas como de domínio da União Federal. Ou seja, o Pará não terá mais ingerência sobre elas, limitando-se apenas a respeitar os direitos originários dos índios, conforme determina a Constituição Federal. Ao saber qual área pertence à União, o Iterpa terá de fazer o ordenamento da área restante - papel do Estado.

CONT.



FUNAI

Enquanto a Funai não concluir a demarcação da terra indígena, o terreno fértil é o da especulação sobre o real tamanho das áreas. Os mapas manuseados pelo procurador dão margem a confusões. Ele cita que enquanto um mapa, oriundo das comunidades indígenas e movimentos sociais, estipula “uma área considerável”, o mapa originado do setor empresarial sequer considera a existência da terra indígena. Já o mapa elaborado pelo Governo do Estado constitui o meio termo entre os dois mapas, prevendo uma área de quase metade da proposta pelos indígenas e movimentos sociais.

“Quanto à identificação dos grupos como indígenas, vigora no ordenamento jurídico brasileiro o princípio do autorreconhecimento, cabendo à própria comunidade reconhecer-se como pertencente a um grupo com características sociais, culturais e econômicas próprias. É isso que predispõe o Estatuto do Índio, bem como os artigos 1º e 2º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada por meio do decreto 5.051, de 19 de abril de 2004”, diz o MPF.

O procedimento de demarcação da Terra Indígena Maró foi iniciado pela Funai em 2008. Em 2010, diante da demora, o MPF ajuizou ação pedindo mais rapidez no procedimento. Em outubro de 2011, obedecendo a decisão judicial, a Funai publicou no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), da Terra Indígena. Pela legislação, após a publicação, a Funai teria que abrir prazo de 90 dias para contestações ao Relatório. Findo esse prazo, mais 60 dias são previstos para o envio do procedimento de demarcação, com as eventuais contestações, para o Ministério da Justiça. Até agora, o procedimento não foi enviado.

DEMORA É QUESTIONADA

Para o MPF, “a eternização de qualquer processo de demarcação de terras indígenas dá-se à margem da legalidade”. “A conduta da Funai denunciada nestes autos mostra-se, portanto, ilegal, ferindo, neste aspecto, não apenas o princípio correlato da legalidade, mas também os princípios da moralidade, eficiência e publicidade, pois o injustificado silêncio administrativo em lapso temporal tão dilatado estampa a inoperância estatal, a falta de lealdade para com os interessados e a inobservância dos princípios éticos que devem pautar toda a atuação de todo e qualquer agente público”, diz o pedido para julgamento antecipado, feito pelo procurador da República Camões Boaventura.

Quem vai analisar o pedido do MPF é o juiz José Airton de Aguiar Portela, da 2ª Vara Federal de Santarém. Caso ele concorde com o julgamento antecipado, pode determinar a demarcação imediata da Terra Indígena sem abrir novos prazos para a Funai.

O DIÁRIO procurou a Funai para falar sobre a ação do MPF. Um assessor do órgão disse que é praxe da direção não fazer comentários sobre processos ainda em tramitação na Justiça Federal.

(Diário do Pará)



Convenção vence e traz questão indígena à tona

SÍTIO GAZETA DO POVO, 07.07.2014

Norma da Organização Internacional do Trabalho garante reconhecimento da comunidade, mas não está imune a críticas

Duas semanas antes do início da Copa no Brasil, correu por todo o mundo a imagem de um índio flechando um policial durante protesto em Brasília pela demarcação de terras. Apesar da calmaria que reina durante a competição, a tendência é que após o fim da Copa os conflitos envolvendo questões indígenas voltem a ganhar espaço no país.

O dia 24 de julho é simbólico: nessa data, vence o prazo de dez anos de vigência da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é uma das bandeiras na defesa dos direitos dos índios. Se o Brasil não tomar alguma iniciativa, a norma será automaticamente renovada por mais dez anos. Mas há quem defenda a ruptura com o texto da OIT, com o argumento de que ele fere a soberania nacional.

Conflitos

PEC da demarcação não avança em anos eleitorais

Um dos principais conflitos entre ruralistas e indigenistas é a prerrogativa de demarcação de terras indígenas. O tema foi bastante debatido no Congresso Nacional no primeiro semestre deste ano, com as discussões em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215/00. Os deputados ligados ao agronegócio tentaram incluir o tema na pauta de votações, sem sucesso. Enquanto isso, vários protestos indígenas ocorreram em Brasília.

A tendência é que o assunto não volte a ser discutido neste ano. O histórico de tramitação da PEC, apresentada ainda em 2000, mostra que não costuma haver avanços durante o período de eleições presidenciais. Foi isso o que ocorreu em 2002, 2006 e 2010. Pela Constituição Federal, a prerrogativa de definir as terras indígenas cabe à União. Para o Ministério da Justiça, a PEC 215/00 é inconstitucional.

A demarcação de terras indígenas e a Convenção 169 da OIT são dois assuntos complementares. A norma internacional versa sobre a natureza indígena, e estabeleceu a auto-identificação como critério fundamental para o reconhecimento da comunidade. Para os críticos, esse critério abre brechas para situações ilegais.

O antropólogo Edward Mantoanelli Luz é uma das pessoas contrárias ao texto da Convenção 169. Para ele, a autodeterminação é um critério "arbitrário e autoritário", o qual permite que pessoas que não são indígenas se declarem como tal. Luz afirma que organizações não governamentais estariam pregando uma "consciência indígena" pelo Brasil, com o intuito de se obter maior número de terras demarcadas. Por trás disso estaria o interesse de grupos estrangeiros nas riquezas naturais e subterrâneas do Brasil.

CONT.



O especialista, que no início de junho participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, diz que já fez denúncias ao Ministério Público, mas que elas não foram levadas adiante. Ele conta que tomou conhecimento dessas situações durante estudo em terras indígenas no Norte do Brasil – ele foi responsável, por exemplo, pela identificação da Terra Indígena Barro Alto, homologada em 2011.

Outra crítica direcionada à Convenção 169 é de que apenas 20 países ratificaram o texto desde 1989, dos quais 14 são latino-americanos. “Ela avança na jurisdição dos estados mais fracos, pois os mais fortes não aderem a essa convenção”, observou o general da reserva Maynard Marques de Santa Rosa. A Procuradoria-Geral da República, porém, tem outra visão a respeito.

“Essa interpretação sobre a Convenção 169 é de quem não tem conhecimento da adequada aplicação dela nos tribunais brasileiros e não conhece no cotidiano o conjunto de atividades exigidas em um processo de demarcação de terra indígena”, declarou o subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia na audiência na Câmara.

Disputa no Oeste do Paraná deve ser resolvida no segundo semestre

Em 2013, a região Oeste do Paraná foi palco de uma série de conflitos entre agricultores e indígenas, situação que ainda não foi resolvida. Em janeiro deste ano, a Fundação Nacional do Índio (Funai) criou um Grupo Técnico para realizar estudos antropológicos, cartográficos e ambientais para identificar se há áreas ocupadas por guaranis nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.

Segundo o coordenador da Regional Interior Sul, Antônio Izomar Marini, os trabalhos devem acabar no segundo semestre. “O grupo vai fazer um relatório e apresentar algumas propostas. Ainda não há como saber os desdobramentos”, declarou.

Duas vítimas

Na opinião do historiador Paulo Porto, vereador em Cascavel (Região Oeste), o ideal é que a União pague indenização aos agricultores e faça a demarcação de terra indígena. “Toda essa área foi historicamente habitada por índios. Quando os ditos pioneiros chegaram ao Oeste do Paraná, nos anos 1950 ou 1960, os índios já tinham sido deslocados pelas empresas de exploração de mate e outras, mas continua sendo uma terra indígena”, afirma. “Há duas vítimas. Os agricultores que se instalaram no local de boa-fé e os índios.”



MPF cobra do Dnit e Ibama sinalização e obras de segurança para a 158
SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 07.07.2014

A recomendação, assinada pelo procurador da República Wilson Rocha Assis, atende à reivindicação de indígenas das etnias Bororo e Xavante

Os indígenas cobram mais fiscalização as autoridades responsáveis pela rodovia. O Ministério Público Federal em Barra do Garças expediu uma recomendação ao Ibama e ao Dnit exigindo dos dois órgãos medidas para dar seguimento à regularização ambiental das rodovias federais BR 070 e 158, além da instalação de placas de sinalização e obras de segurança nos trechos que atravessam Mato Grosso.

A recomendação, assinada pelo procurador da República Wilson Rocha Assis, atende à reivindicação de indígenas das etnias Bororo e Xavante que vivem em terras às margens das duas rodovias e são as principais vítimas do grande fluxo de veículos associado à falta de sinalização nas rodovias, de acostamento, passarela e faixa de pedestres.

Em funcionamento há muitos anos, as duas rodovias ainda não têm regularização ambiental até hoje, apesar de o Dnit ter iniciado o processo de regularização há quatro anos. Para resolver a situação de rodovias como a BR 070 e a BR 158, Ministério do Meio Ambiente publicou uma portaria (Portaria MMA nº 288, de 2013) com as instruções para a regularização ambiental das rodovias pavimentadas que não possuem licença ambiental.

Apesar de já haver o reconhecimento da presença de indígenas na região, o andamento do processo de regularização das duas rodovias está dependendo, segundo informações enviadas pelo Dnit ao MPF, de manifestação do Ibama para que o órgão defina se haverá necessidade de elaborar estudos sobre o impacto causado a esses povos.

“A postura do Dnit é totalmente descabida e pode até ser considerada como uma atitude meramente protelatória”, afirma o procurador da República, uma vez que o próprio Dnit, juntamente com a Funai, Ibama e representantes dos Bororo e Xavante realizou uma vistoria técnica nas rodovias em 2012 e até agora não deu seguimento à regularização ambiental.

Em uma reunião realizada no dia 20 de junho deste ano na sede do MPF e com a presença da Polícia Rodoviária Federal e da Funai, cerca de 40 representantes das duas etnias indígenas reclamaram da morosidade do Dnit e disseram que se nada fosse feito por parte do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, eles iriam analisar que atitudes os índios poderiam adotar.

A recomendação do MPF foi expedida no dia 27 de junho e o prazo para que Ibama e Dnit se manifestem é de 30 dias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

Na recomendação, o MPF cobra expressamente ao Dnit a construção de trevos nas entradas das aldeias; construção de pontos de ônibus e pistas recuadas para abrigo da população indígena usuária do transporte coletivo; instalação de passarelas e faixas de pedestre nos principais pontos de travessia; construção de acostamento; instalação de radares providos de estruturas e/ou equipamentos de proteção que impeçam a sua derrubada; construção de ciclovia nos trechos da rodovia contíguos a terras indígenas; revitalização e correção da sinalização, com instalação de placas trilíngues (português, xavante e bororo).

Ao Ibama, o MPF recomenda que a instituição firme o termos de compromisso com o Dnit para regularizar as rodovias com a determinação clara de que o procedimento de regularização deve conter o estudo do componente indígena.



Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil?

SÍTIO JORNAL GGN, 07.07.2014

dica do Idelber Avelar :

"Sem dúvida eles [os índios] não se identificam com a figura do trabalhador explorado que percorre o imaginário da esquerda tradicional. A questão é que esse imaginário é totalizante e autoritário: ele não aceita dissidência e pluralismo, trabalha a partir de oposições simples e reduz toda figura que transborda a um reflexo pálido de um dos polos. Isso significa que, provando sua brutal ignorância antropológica, boa parte da esquerda, e em especial a que hoje governa o país, considera que o índio é alguém que precisa ser "incluído", ser transformado em trabalhador e se unir à luta dos demais contra o capitalismo. Em outros termos, essa esquerda subscreve o etnocídio que significaria erradicar as culturas indígenas e as desfigura para que caibam no seu esquadro reduzido que obviamente é um reflexo torto do mundo europeu. Todas as potencialidades de uma tradução cultural que poderia constituir um Brasil plural e inclusive referencial para um novo modelo sócio-econômico ficam soterradas por um projeto monolítico com uma única missão: progredir, produzir, consumir. Aqueles que estão fora desse espaço de disputa, embora sintam nas margens os efeitos perversos, simplesmente não existem para essas representações."

Moysés Pinto Neto Guarani Kaiowá num texto absolutamente espetacular sobre o racismo anti-indígena. Uma recomendação para a vida: Moysés escreveu, vocês vão lá e leiam. Aqui o link ao texto completo: <http://bit.ly/1IM917k>.

Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil?

Admito que é uma estratégia que pode não apenas parecer de mau gosto, mas até de certa perversidade, ficar comparando graus de racismo. Pode parecer que se está desprezando o sofrimento de quem quer que o sofra em algum grau, e tudo isso já seria por si só eticamente inadmissível. No entanto, não é essa minha intenção. Ela é simplesmente a de chamar atenção para uma questão relevante e para um processo em curso que muitas vezes não encontra a mesma repercussão exatamente porque se está diante de um fenômeno extremado. É o caso do racismo contra os indígenas no Brasil.

Tradicionalmente tidos como "primitivos" e por muitos dados por "extintos", os índios hoje constituem uma parte relevante da população brasileira inclusive populacionalmente, uma vez que vêm tendo alguns focos de recuperação após a Constituição de 1988 e o início das demarcações de terras diante de um massacre de 500 anos. A atribuição de "primitivos" hoje não faz qualquer sentido na medida em que são nossos contemporâneos, a menos que nos consideremos tão superiores aos demais povos que toda aquela cultura que não é a nossa é algo que está "atrás", "chegando" na nossa, mesmo que ela se passe ao mesmo tempo, tomando diferença por inferioridade. Afora esse preconceito etnocêntrico, Eduardo Viveiros de

CONT.



Castro tem demonstrado ao lado de outros importantes antropólogos que a cultura indígena é também um referencial que pode ser uma linha de fuga para o colapso civilizacional que o Ocidente vive em termos ecológicos, à medida que se contrapõe à nossa "necessidade extensiva" como uma "suficiência intensiva". A vida baseada no baixo impacto ambiental dos índios contrapõe-se ao nosso impulso destrutivo que na maioria das vezes, embora materialmente insustentável, justifica-se com base em padrões messiânicos que, mesmo secularizados, continuam alimentando o imaginário político do Ocidente, sobretudo na ideia de "senhorio" da natureza, como se a Terra fosse nossa propriedade numa espécie de "destino comum" a que chegaríamos no fim da História. A forma ameríndia de pensar é completamente diversa, mas não cabe a mim, um mero iniciante nessas questões, desenvolvê-la. Queria apenas afastar qualquer tipo de justificação racional para a forma racista como o índio é visto, mostrando que se trata não de racionalidade, mas deracionalização (no sentido freudiano).

Por que o racismo contra os índios é o mais intenso hoje em dia? Simples: porque os setores políticos que se dirigem contra a injustiça ainda estão majoritariamente abastecidos pelo eurocentrismo e, como tais, pela teleologia do progresso. Assim, de alguma forma existe um destino comum (pode colocar o "comunismo" aí) que nos uniria e libertaria do capitalismo, proporcionando a emergência de novos regimes sociais e econômicos. Que os índios tenham que ser libertados do capitalismo, não há dúvida. Eles sentem esses efeitos por todos os lados, seja pelo colonialismo do agronegócio e da pecuária, seja por verem cada vez mais seu espaço social de convivência reduzido às franjas urbanas, identificando-se com os pobres das cidades e tendo que garantir sua subsistência com artesanato e assistência social do Estado. No entanto, sem dúvida eles não se identificam com a figura do trabalhador explorado que percorre o imaginário da esquerda tradicional. A questão é que esse imaginário é totalizante e autoritário: ele não aceita dissidência e pluralismo, trabalha a partir de oposições simples e reduz toda figura que transborda a um reflexo pálido de um dos polos. Isso significa que, provando sua brutal ignorância antropológica, boa parte da esquerda, e em especial a que hoje governa o país, considera que o índio é alguém que precisa ser "incluído", ser transformado em trabalhador e se unir à luta dos demais contra o capitalismo. Em outros termos, essa esquerda subscreve o etnocídio que significaria erradicar as culturas indígenas e as desfigura para que caibam no seu esquadro reduzido que obviamente é um reflexo torto do mundo europeu. Todas as potencialidades de uma tradução cultural que poderia constituir um Brasil plural e inclusive referencial para um novo modelo sócio-econômico ficam soterradas por um projeto monolítico com uma única missão: progredir, produzir, consumir. Aqueles que estão fora desse espaço de disputa, embora sintam nas margens os efeitos perversos, simplesmente não existem para essas representações.

Não existem. Tenho vários amigos governistas e toda vez que lanço o argumento do que o Governo Federal vem fazendo em torno de ofensiva anti-indígena a conversa simplesmente estanca. Ou desvia-se. Perguntado a um importante intelectual brasileiro mais ou menos alinhado ao Governo sobre a dissidência indígena, ele respondeu recentemente que ela "talvez" exista. Nas linhas escritas pelos defensores do Governo Dilma os índios simplesmente não aparecem, a questão não existe. "Índios, pena que já morreram todos, não?" Aliás, a própria questão do reconhecimento do índio é usada como contra-argumento: "Índio? Mas usa celular!". Como se as culturas não se transformassem, como se elas, por se manterem, significassem oásis de pureza, e como se uma das coisas que mais chamasse atenção nas

CONT.



culturas ameríndias fosse exatamente sua vocação antropofágica, seu olhar para o outro que fratura do eu. De qualquer forma o índio sempre perde: se veste calça jeans, não é o índio; se não veste, é primitivo. As duas situações levam ao mesmo raciocínio: acabar com eles.

Assim, enquanto os movimentos negro, feminista e LGBT, por exemplo, conseguiram capitalizar suas demandas e transformar-se em força política de peso, inserindo suas demandas no quadro da política, os índios são objeto de uma indiferença atroz (ressalvadas algumas mobilizações importantes que vem em crescente, mas recebem o silêncio institucional como resposta). A indiferença da invisibilidade, da não-questão, da falta de importância. E nesses termos o discurso da esquerda é exatamente igual ao da direita, que ao fim e ao cabo deseja mesmo é por fim de vez nos índios ("por que demoram tanto!? Esses latifundiários de terra!"). É quase como dissesse: "Não tem como resolver e falta tão pouco para que eles acabem... que terminem logo!". Enquanto a esquerda simplesmente ignora a questão, tratando como um problema menor diante da exploração do trabalhador pelo sistema capitalista ou da conquista da igualdade social, ela repete, consciente ou inconscientemente, o projeto da direita, que é erradicar os índios para que os verdadeiros latifundiários possam avançar também sobre essas terras e no final transformar todo o verde em verdinhas. Isso me traz de volta à questão do por que, afinal, o racismo contra os índios é o maior? A resposta é: porque ele é o único que pode ser explicitado como racismo na esfera pública. Os negros nos anos 50 e 60 tinham que conviver com declarações racistas de políticos do Sul dos EUA quando militavam pela igualdade de direitos. Hoje, ninguém se atreveria a fazer declarações racistas senão como um ato falho ou em forma de piada (último esconderijo do racismo). Ninguém pode chegar na esfera pública e declarar que é racista ou que negros são isso ou aquilo. Com os índios, pode. Uma pessoa pode, como um candidato a senador do Rio Grande do Sul recentemente fez, dizer que "quantos índios no Brasil deixaram de ser índios e se tornaram profissionais respeitados?" Troque índio por negro e se vê o que acontece. Mas não só ele, que é um candidato imediatamente identificado com o conservadorismo. Também tem gente de esquerda (ou de ex-querdas, dizem as más línguas) afirmando que a cultura indígena vai terminar mesmo, e o que se pode fazer é incluí-lo e transformá-lo no pobre trabalhador. A ideologia do progresso está embutida nesse pensamento. Deveríamos relacionar sem pudores essa estratégia à "cura gay": o que se quer é que o índio não seja mais índio porque não se quer mais diferença. "Incluimos desde que você não seja mais índio". Ou: "vamos te curar do primitivismo". A atrocidade disso é patente.

Por isso, a diferença do racismo com os índios em relação a outras modalidades hoje em dia é essa: os índios são o único grupo social a quem se pode dirigir na esfera pública propondo o extermínio da sua condição especial. Talvez não o único, mas o mais atacado, isso não importa: a questão aqui não é de quantidades, mas de um modelo insuportável de racismo que sobrevive e justifica a ofensiva anti-indígena mais intensa desde a época da Ditadura Militar que vivemos hoje em dia.



Relatório da viagem da Comissão da Direitos Humanos e Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas ao Povo Tenharin
SÍTIO CEDEFES, 07.07.2014

Relatório da viagem da Comissão da Direitos Humanos e Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas ao Povo Tenharin, no sul do Amazonas

1. Quem são os Kagwahiva, os Tenharin

1.1. Histórico do contato

As primeiras referências aos grupos Kagwahiva localizam-nos, por volta de 1750, primeiramente na região do curso superior do rio Juruena, ao lado dos Apiaká. Região praticamente desconhecida das frentes de expansão, posteriormente foi vasculhada pela frente mineradora, que desde Cuiabá avançava para o norte à procura de novas minas de ouro. Este fato, bem como a guerra com os Munduruku, foram assinaladas como causas do deslocamento dos Kagwahiva dessa região para as margens do rio Madeira.

Já nesse rio, em 1817, os Kagwahiva são registrados pela primeira vez sob o etnônimo de Parintintin, dado, talvez, pelos Munduruku aos seus inimigos. Em 1850, Kagwahiva e Parintintin são registrados ao mesmo tempo e, depois disso, o etnônimo Kagwahiva desaparece e tais povos passam a ser designados por Parintintin. Após a "pacificação" realizada por Nimuendajú em 1922, foi possível constatar que Kagwahiva é a autodenominação dos Parintintin e que esta última designação apenas se aplicava a um desses povos.

Na região do rio Madeira, a aproximação dos grupos Kagwahiva com a sociedade brasileira se deu após uma intensa guerra, que perdurou por cerca de 70 anos, entre meados do século XIX e a década de vinte do seguinte, só terminando com a ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e após a instalação definitiva de colocações de seringueiros na região. Curt Nimuendajú foi o principal agente dessa aproximação: contratado pelo SPI, organizou expedições e se fixou no interior do território indígena, mas, por falta de verbas do SPI, ele abandonou seu projeto com apenas cinco meses, deixando em seu lugar vários auxiliares.

Ao que parece, era desconhecida até então a diversidade de povos Kagwahiva nessa região; todos eram considerados Parintintin. No entanto, o etnônimo Kagwahiva é anterior, e suas referências em vários locais diferentes parecem demonstrar um deslocamento dentro de uma vasta extensão da área Madeira-Tapajós.

Os Kagwahiva, conhecidos após 1817 sob o etnônimo de Parintintin, estavam distribuídos em pequenos grupos locais com território determinado e ocupando uma grande região entre os rios Madeira e Tapajós. Viviam entre a aliança e o conflito, mas reconheciam-se enquanto uma única sociedade. Cada um destes grupos locais, provavelmente, organizava-se em torno de um

CONT.



grupo doméstico, e possuía o nome de seu líder ou de sua localização (no caso rios, serras etc.). O faccionalismo é uma característica de tais povos e conseqüentemente as uniões eram instáveis e novos grupos estavam em constante formação. Registros orais reforçam a territorialidade, narrando a distribuição na região, realizada por Nhaparundi, ancestral Tenharim, e também que, em momentos iniciais do contato, os grupos chegaram a se unir para evitar o contato com não índios. De certa forma é impossível registrar com precisão a constituição dos povos Kagwahiva na região, mas os relatos demonstram, e a documentação confirma, que os mesmos ocupavam a região intermediária entre os rios Madeira e Tapajós.

Os relatos dos Tenharim do igarapé Preto denotam uma ocupação muito antiga da região serrana onde vivem atualmente. As longas migrações realizadas têm sempre como referência as serras e o cerrado que são o entorno do igarapé Preto. As serras são também parte do universo cosmológico Kagwahiva. Mbahira, herói mítico, é morador destas serras e possui uma série de animais de estimação e atributos relacionados às pedras. Todas as serras da região do igarapé Preto são tidas como morada de Mbahira e, em tais lugares, é possível encontrar muitas coisas pertencentes a este herói (flores, fezes, animais, farinha).

Todos os Kagwahiva narram seus feitos no passado na forma de cantos. Todos estes cantos são acompanhados no final por uma frase que caracteriza o grupo que vivenciou a situação. Entre os Tenharim do igarapé Preto na frase "Iu, Iu, Tenondehu, Yvytyruhu", que acompanha o final das canções, a palavra Yvytyruhu designa a região serrana onde o grupo vive. As canções dos Tenharim do rio Marmelos, por sua vez, referem-se ao rio, definido por eles como Ytyngyhu.

Os Tenharim do rio Sepoti são remanescentes de alguns indivíduos Tenharim que partiram, por volta da década de 40, de uma aldeia que se localizava no curso médio do rio Marmelos. Estes indivíduos, dois homens não indígenas e duas mulheres Tenharim, resolveram residir no rio Sepoti para trabalharem na indústria extrativista, coletando castanha, sorva e seringa.

Hoje a população cresceu, realizando alguns casamentos com o grupo de origem, mas sempre residindo na região do rio Sepoti. Os homens que saíram da aldeia na década de 40 já faleceram, restando dessa geração apenas suas esposas, com seus filhos, filhas e netos.

1.2. Organização Social

A organização social Tenharim, como a dos demais Kagwahiva, possui uma particularidade em relação aos outros povos Tupi-Guarani: um complexo sistema de metades exogâmicas, que recebem nomes de aves. Essas metades são: Mutum-Nanguera e Kwandu-Tarave. Na primeira, a Mutum (também "mutum" em português, nome incorporado da língua geral) associa-se a palavra Nanguera, que não se refere a nenhuma ave, significando, segundo os Tenharim, algo do passado. Na segunda, a Kwandu (que quer dizer "gavião-real") se associa Tarave (que significa "maracanã").

Todo indivíduo pertence à metade do pai, pois o sistema é patrilinear. Sendo exogâmico, só pode casar-se com alguém que seja da metade oposta. Isto faz com que a sociedade divida-se ao meio, em dois grandes conjuntos que realizam o intercassamento entre si. Só é possível o

CONT.



casamento na mesma metade quando o indivíduo vive longe. Neste caso, tudo se passa como se a distância geográfica provocasse uma distância genealógica, transformando o casamento proibido numa união possível.

1.3. Atividades econômicas

O início da estação seca, por volta de junho, no sul do Amazonas é marcado pela derrubada da mata e o início do plantio das roças. Na Transamazônica (Tenharim do rio Marmelos), nessa época, muitas famílias deixam a aldeia para viver temporariamente em seus "sítios", preparando a lavoura e amenizando a convivência entre si. Alguns optaram por morar nesses sítios definitivamente, mantendo uma casa para estadas temporárias na aldeia. Nos "sítios", pode-se observar a introdução de novas plantas, como por exemplo a melancia e, em alguns casos, também da criação de gado. Mas, apesar do baixo custo de mercado, a farinha continua sendo a produção prioritária.

Na Transamazônica e no igarapé Preto, o excedente da farinha é trocado por produtos industrializados na própria aldeia. Essa troca é efetuada com comerciantes que chegam da cidade já com os pedidos da população. Em geral, estes indivíduos sobrevalorizam os produtos industrializados e subvalorizam os produtos Tenharim. Além da farinha, interessam-se também pela aquisição de castanha e de óleo de copaíba. Para o transporte dos produtos, utilizam o caminhão dos Tenharim ou o da prefeitura, que circula semanalmente pela rodovia Transamazônica, conduzindo a população que vive ao longo da estrada. No rio Sepoti, o comércio é feito com os regatões, que chegam à aldeia com barcos carregados de produtos industrializados para a troca.

Além da produção agrícola, os Tenharim vivem da caça, da pesca e da coleta. Há, por parte de alguns grupos domésticos, uma intensa produção de artesanato, que consiste em arcos, flechas, cocares, colares, pulseiras e anéis, que são comercializados em Porto Velho e em eventuais viagens. (fonte: www.socioambiental.org.br)

Padre Ton e os Tenharin

2. Motivos da visita da CDHCM e FPDPI

2.1. Entre os dias 20 a 23 de outubro de 2013, representando a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas o Deputado Federal Padre TON participou do Encontro de Povos Indígenas do Sul do Amazonas e Rondônia, os quais produziram a "Declaração do Encontro de Lideranças do Movimento Indígena Morogitá Kagwahiwa em defesa dos Direitos Garantidos na Constituição Federal" (ver AQUI).

Documentos deste Encontro a edido da OPIAM – Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira, foram encaminhados à Secretaria Geral da Presidência, Ministério da Justiça, FUNAI, SESAÍ entre outros;

CONT.



2.2. Morreu no último dia 03 de dezembro o cacique da Aldeia Kampinhu'hu, Ivan Tenharim, aos 45 anos de idade. Ivan era filho de Kwahã e neto de Ariuvi. Pertencia, portanto, a linhagem dos maiores guerreiros da história dos Tenharim. Se não bastasse a importância do cacique para a nação Tenharim, as circunstâncias da morte trouxeram tristeza e revolta. Ivan foi encontrado ainda com vida às margens da BR 230, Rodovia Transamazônica, pelo seu sobrinho Marcos, no caminho entre o Distrito de Matupi (km 180) e a aldeia, no dia 02. O cacique estava desacordado, com inúmeros hematomas e ferimentos na cabeça; no entanto a moto, o capacete e a bagagem estavam quase intactos, levantando suspeitas sobre a verdadeira causa da morte, inicialmente apontada como um acidente de trânsito. Ivan foi levado para Humaitá e, em seguida, removido para Porto Velho onde veio a óbito no dia seguinte. A comoção foi geral. Mais de quinhentos Tenharim e diversos parentes Jiahui e Parintintin compareceram ao velório na Aldeia Kampinhu'hu (ver AQUI);

2.3. Dia 16 de Dezembro de 2014 ocorre desaparecimento de 3 moradores no trajeto entre Humaitá e Santo Antônio do Matupi, e os indígenas são acusados pelo ocorrido;

2.4. Após receber documento da OPIAM pedindo presença da CDH e da FDPI, requerimento do deputado Padre Ton foi apresentado à CDH e foi votado nesta quarta-feira (19/03/14) (ver AQUI), porém devido à cheia no rio Madeira inviabilizou a ida da CDH, o que só foi possível nesta data, dia 25 de junho, devido à urgência, já que foi sabido que lideranças indígenas estavam sofrendo ameaças de morte e insegurança;

3. Relato da Viagem e Visita

A comitiva saiu de Porto Velho rumo à balsa às cinco da manhã do dia 25, seguindo pela BR 319 até a cidade de Humaitá, percorrendo cerca de 180 km. Por volta de 07:10 chegou em Humaitá e após breve café da manhã seguiu pra travessia de nova balsa às 08:00, agora seguindo pela Rodovia Transamazônica até a Aldeia Kampinhu'hu, distante cerca de 137 km, onde chegou às 10:34 onde foi recebida por centenas de pessoas.

Já na chegada a recepção foi calorosa por todos os presentes, mas o líder mais idoso representando a comunidade cantando, acompanhado de várias lideranças, conduziram o deputado e a caravana até o local da reunião.

Na mesa de abertura participaram ainda os representantes do CIMI presentes na aldeia, os quais estão fazendo trabalho jurídico em apoio às ações da DPU, sendo eles: Adelar, Volmir, Laura, Priscila, Chantele. Representando as comunidades falaram Macedo Tenharin, Julio Cesar T. (Kampinhu'hu), João Bosco T. (Mafui), Aristeu T. (Bela Vista), José Nilton T. (Tracuá), Domingos T. (Vila Nova), Gilson T. (Marmelo), Ivanildo T. (secretario municipal de assuntos indígenas do município de Humaitá), Antonio Enésio (Presidente da APITEN) e Iremar (relator).

Para iniciar as falas foram convidadas as três anciãs com mais de 90 anos para dar sua mensagem à CDH: dona Maria, dona Joana e dona Yretá, sobreviventes do grande massacre promovido com a abertura da BR Transamazônica. Ambas foram enfáticas em afirmar o quanto

CONT.



estão sofrendo com tudo isso. Dona Joana inicia perguntando: “quando vai acabar essa violência... depois de termos vivido tudo isso e agora tiraram nossos netos... quando vai acabar isso”? Dona Yretá falou que “estou cansada de chorar, não consigo nem andar, quero ver meus netos, ajudem eles voltar”.

Ivanildo Tenharin em nome do Povo Tenharin faz sua fala:

“Sofremos muitas guerras desde o contato forçado que tivemos no período da extração de látex até nestes últimos dias – mídia, população e até da Polícia Federal. O que aconteceu em dezembro 2013 é resultado desde a abertura da BR Transamazônica e o capital vem saqueando os recursos naturais. Agradecemos vossa presença Deputado que defende os Povos Indígenas do Brasil. Nossa versão ainda não foi contada e contamos com o senhor para nos ajudar. Hoje somos impedidos de estudar nas escolas públicas (Km 180 – Santo Antonio do Matupi). Na saúde para fazer tratamento temos que ir escondido para o hospital. Não temos direito de ir-e-vir. Se nosso direito é igual, assim o queremos. Hoje nós votamos, participamos das políticas públicas, dos movimentos sociais e contribuimos na arrecadação de impostos. Por isso dia 25 de dezembro de 2013 é fruto da ofensiva a nossos direitos, porque a bancada ruralista quer nossas riquezas: madeira, minério, água. Acreditamos na Justiça, mas pega qualquer pessoa, sem provas; sabemos o papel da PF que tendo teor pode prender, mas não abusar do poder; as oitivas foram forçadas, com pressão psicológica. Hoje a PF tá tentando desestruturar nossa organização e dos Jiahui. Isso fere a Constituição Federal. Não somos marginais, somos esclarecidos, sabemos dos nossos direitos e deveres, os papéis de cada um: pessoas e governos. Acreditamos no poder judiciário que seja igual o direito para todos”.

Deputado padre TON fala de seu papel na Frente Parlamentar na Defesa dos Povos Indígenas (FDPI) e da participação do CIMI, APIB etc. Informa que a Frente é para representar os que não têm representação. Afirma que é descendente de negro com indígena da região do Nordeste. Que a FDPI defende direitos diante dos desafios:

Padre TON fala sobre o papel da FDPI

Deputado padre TON: Nossa história foi feita com muita injustiça; há muito preconceito; além da ditadura também os governos e sociedade discrimina porque nessa história foi feita de ambição; com a chegada do europeu são mais de 500 anos de escravidão e muito sangue. Não podemos desanimar porque a PEC 215 vem atrapalhar. O PL 1610 é ofensiva contra os direitos de vocês, por isso jogam para vocês a culpa por estas mortes. Vocês têm muitos exemplos de solidariedade nesta região. Não podemos responder com as mesmas armas dos inimigos e ao mesmo tempo temos que defender nossos direitos, por isso a CDH e a FDPI atuam firmemente na defesa dos direitos humanos que é para todos. Temos que repudiar leis ruins e votar leis boas porque esse é o papel de Deputado Federal. Temos lutado por leis boas. Uma delas é a criação de 4 cadeiras para deputado federal para indígenas. Esse é um momento de desafio e não podemos desanimar, e este ano é ano eleitoral.

Ivanildo Tenharin: Nós recebemos aqui a presença de representantes do MDS, MDA, FUNAI, Gabinete da Presidência na pessoa do general Poty, mas ambos não apresentaram nada, só queriam discutir a retirada do pedágio. Depois veio a FUNAI e apresentamos sobre plano de

CONT.



Turismo na terra indígena, pedimos posto da Polícia Rodoviária Federal e foi acertado em Brasília na nossa ida no final de maio que seria instalado posto da PRF, mas nada foi feito ainda. Sobre atendimento da saúde não foi retomado porque não tem onde ficar os doentes e por isso não tá fazendo consultas em Humaitá. Precisamos resolver esta situação da CASAI com o Secretário Nacional da SESAI, Sr. Antonio Alves. A equipe de campo tá fazendo trabalho deles, mas falta medicamentos. Já a FUNAI ainda não respondeu ao projeto de turismo, que é um contraponto à cobrança da compensação que vocês chamam de pedágio. Por fim propomos que a Comissão leve duas lideranças Tenharin quando for protocolar o HC para a gente sensibilizar o Ministro.

Aurélino Tenharin: Afirma que tem liminar determinando à SESAI organizar espaço para atender saúde indígena em Humaitá e ate agora nada. Por isso precisa fazer agenda com Antonio Alves aqui em nossas aldeias junto com a Comissão e lideranças. Sobre a Educação aqui é de responsabilidade de dois municípios Humaitá e Manicoré. Até agora não avançou nada do acordado com os que vieram de Brasília. Na saúde estão tirando o que tinha aqui e levando para Porto Velho e queremos melhorias. Mas o que queremos destacar como prioridade à CDH é a liberdade dos 5 Tenharin presos, para dar continuidade a nossa vida cultural, porque a Festa Mbotawa está comprometida; toda nossa tradição está interrompida; não temos forças para lutar por outras coisas, porque nossa cabeça está nesta situação. Queremos denunciar que tem muitas ameaças de morte ocorrendo.

Antônio Enésio: nossa prioridade numero 1 é a liberdade dos parentes presos. Enquanto APITEN queremos apoio da CDH para ir lideranças até os ministros. Esta situação dos mais velhos que não se alimentam, a tristeza tem preocupado todos nós. Já saúde é uma ilusão em Humaitá.

Moisés Tenharin: eu sou cunhado do Domiceno, que tá preso (lágrimas)... ontem era para começar a festa cultural sob coordenação dele, e como ele não está aqui não tem como coordenar os trabalhos; hoje era para colocar cocar de cacique no Gilvan e empossar no lugar do falecido Ivan pai dele... eu como cunhado tô com a cabeça nada boa...

Alcilene Tenharin: Deputado, não dá pra se preocupar com saúde e educação... quando chega aqui e não encontra os dois filhos... (lágrimas); a gente não consegue nem sonhar com eles... queremos que vocês ajudem pra eles voltar porque estamos com muita saudade deles...

Dona Margarida Tenharin: Neste momento não pensamos em outra coisa; quero pedir pro senhor e a todos, porque acreditamos em Deus e nos ajude a fazer documento bem feito para tirar os meninos; os 5 que estão lá presos; nós também estamos todos perdidos; nosso ritual, nossa cultura não pode andar, não pode fazer serviço, não pode cortar cabelo... pedimos ajuda porque nosso psicológico está todo doente; não temos ânimo pra sair, andar... o que fizeram com nós, com nossos idosos espero que se faça Justiça; perdi meu pai e agora meus irmãos tão lá... queremos viver em paz, queremos fazer nossa festa tradicional para não quebrar nossa relação com os espíritos, porque se quebrar esta relação vamos fazer o quê... queremos que eles voltem.

Júlio Tenharin: Sobre a atuação da Polícia Federal afirmamos que não queremos mais

CONT.



investigação, queremos Paz, não somos criminosos porque se acontecer de novo vai ter problemas.

Domingos Tenharin: estão falando por ai Deputado que quando os 5 Tenharin sair eles (os que tocaram fogo na cidade e nos postos de cobrança de pedágio), vão derrubar nossas casas, vão matar todo mundo... leve até o Ministro... que nos defenda e nos ajude porque não queremos mais conflitos.

João Bosco: queremos operação na região para proteção, mas o que for na terra indígena que seja conduzida pela FUNAI e não pela PF ou outra. Porque na época da investigação da PF aconteceu mordida de cobra numa mulher e fomos levar até o Marmelo pra tratamento mas a PF impediu e ainda não deu socorro... não concordamos com o autoritarismo da PF.

Ivanildo Tenharin: Nós fizemos dossiê contra a operação da PF porque o que foi feito aqui foi conduzido violando os direitos indígenas; nós fizemos vídeos e fotos e vamos protocolar no MPF e a CDH vai receber cópia. Sobre a depredação do patrimônio público e nossos particulares (carros, moto..), não sabemos como está a condução das apurações porque ninguém divulga nada. Estamos sofrendo muitas ameaças de morte em Humaitá. Toda vez que precisamos ir resolver questões de nossos trabalhos estamos sendo perseguidos e já sofremos ameaça em praça pública e após chamar a polícia e ir à delegacia registrar Boletim de Ocorrência eles alegaram estar sem sistema. Voltei na manhã seguinte e alegaram a mesma coisa. Ou seja apesar de varias ameaças não temos nenhum registro porque alegam fora de sistema. Estão negando um direito nosso.

crianças Tenharin

ALDEIAS PRESENTES:

- Kampinho´hu, Mafui, Bela Vista, Marmelo 1, Marmelo 2, Marmelo 3, Vila Nova e Tracuá.

Encerram a reunião com uma dança cultural desejando ao Deputado Federal padre TON forças na defesa e promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

A comitiva iniciou a viagem de volta às 14:30 e cruzou na balsa das 17hs em Humaitá e, após breve visita a missionárias da Diocese de Humaitá, seguimos viagem chegando em Porto Velho às 20hs.

Fonte: Iremar Antonio Ferreira



Líder quilombola é morto e esquartejado

SÍTIO CEDEFES, 07.07.2014

O líder quilombola Artêmio Gusmão, conhecido pelo apelido de Alaor, foi assassinado na última sexta-feira (04), por volta de 19h. O crime foi praticado quando Alaor voltava para a comunidade, após assistir à partida entre Brasil x Colômbia, na Vila Camarial.

O líder quilombola Artêmio Gusmão, conhecido pelo apelido de Alaor, foi assassinado na última sexta-feira (04), por volta de 19h. O crime foi praticado quando Alaor voltava para a comunidade, após assistir à partida entre Brasil x Colômbia, na Vila Camarial.

Parentes da vítima viram a moto em que Alaor estava caída em uma estrada e com muitas manchas de sangue. Após horas de busca pela mata, o corpo do quilombola foi encontrado na manhã deste sábado (05), degolado e esquartejado. No ano passado, dois irmãos de seu Alaor também foram assassinados em virtude de conflitos fundiários. Outras pessoas da mesma família também estão sob ameaça de morte.

A ouvidora do Sistema de Segurança Pública, Eliana Fonseca, foi acionada ainda durante as buscas pelo corpo, no meio da madrugada. A ouvidora comunicou o delegado geral José Firmino esta manhã. Ainda não há pista das pessoas que cometeram o crime.

Artêmio Gusmão era coordenador da comunidade Mancaraduba, localizada em uma área de terras de competência do governo federal com pretensão quilombola. O processo de reconhecimento está na Justiça Estadual e é contestada pela empresa Biopalma. Em novembro do ano passado, esta comunidade denunciou uma operação policial abusiva e o caso está sendo acompanhado pela Ouvidoria da Segup, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e pelo movimento quilombola Malungu. As terras estão no município do Acará, mas fazem fronteira com Tailândia e Tomé Acu.

A Associação de Moradores dos Quilombos do Alto Acará (Amarqualta) possui um dossiê que informa que Artêmio estava sendo ameaçado por um madeireiro e informou isso na última semana a algumas autoridades federais. A associação também já denunciou vários crimes ambientais e de grilagem de terras, sem que a situação tenha sido solucionada.

A SDDH considera que a situação está fora de controle, pois o Estado é omissivo e a pistolagem, grilagem de terras, uso de documentos de terras falsificados e crimes ambientais têm ocorrido indiscriminadamente na área. Apesar de denunciados, os órgãos de fiscalização e controle ainda não se fizeram presentes na defesa da vida e do território quilombola em questão.

Fonte: Diário do Pará Online



Jovem, homem, negro é o perfil dos que mais morrem de forma violenta no país
SÍTIO CEDEFES, 07.07.2014

Em média, 100 a cada 100 mil jovens com idade entre 19 e 26 anos morreram de forma violenta no Brasil em 2012, mostra o Mapa da Violência 2014, que considera morte violenta a resultante de homicídios, suicídios ou acidentes de transporte (que incluem aviões e barcos, além dos que ocorrem nas vias terrestres de circulação).

Em média, 100 a cada 100 mil jovens com idade entre 19 e 26 anos morreram de forma violenta no Brasil em 2012, mostra o Mapa da Violência 2014, que considera morte violenta a resultante de homicídios, suicídios ou acidentes de transporte (que incluem aviões e barcos, além dos que ocorrem nas vias terrestres de circulação).

O estudo mostra ainda que a situação não é nova. Nos anos 1980, a taxa era 146 mortes por 100 mil jovens, e passou para 149, em 2012. A diferença também é diagnosticada quando comparados homens e mulheres. Entre 1980 e 2012, no total das mulheres, as taxas passam de 2,3 para 4,8 homicídios por 100 mil. Um crescimento de 111%. Entre os homens, a taxa passa de 21,2 para 54,3. Um aumento de 156%.

No caso dos suicídios, a pesquisa revela mortalidade três a quatro vezes maior no caso dos homens, no Brasil. Entre as décadas citadas, as taxas masculinas cresceram 84,9%. Já as femininas, 15,8%.

Uma terceira variável chama a atenção na pesquisa: a vitimização dos negros é bem maior que a de brancos. Morreram proporcionalmente 146,5% mais negros do que brancos no Brasil, em 2012. Considerando a década entre 2002 e 2012, a vitimização negra, isso é, a comparação da taxa de morte desse segmento com a da população branca, mais que duplicou.

Segundo o responsável pela análise, Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da Área de Estudos da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências, o recorte racial ajuda a explicar o fato de não ter se verificado na pesquisa grandes mudanças nas taxas globais de homicídios, embora o número registrado a cada ano tenha aumentado. Os brancos têm morrido menos. Os negros, mais. Entre 2002 e 2012, por exemplo, o número de homicídios de jovens brancos caiu 32,3% e o dos jovens negros aumentou 32,4%.

De acordo com Jacobo, essa seletividade foi construída por diversos mecanismos, entre os quais o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência em áreas onde havia mais população branca do que negra, bem como o acesso, por parte dos brancos, à segurança privada. Assim, os negros são excluídos duplamente - pelo Estado e por causa do poder aquisitivo. "Isso faz com que seja mais difícil a morte de um branco do que a de um negro", destaca o sociólogo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

Ele alerta que essa situação não pode ser encarada com naturalidade pela população brasileira. “Não pode haver a culpabilização da vítima”, diz Jacobo, para quem o preconceito acaba justificando a violência contra setores vulneráveis. O sociólogo, que em 2013 recebeu o Prêmio Nacional de Segurança Pública e Direitos Humanos da Presidência da República, defende o estabelecimento de políticas de proteção específicas, que respeitem os direitos dos diferentes grupos e busquem garantir a vida da população

Fonte: Helena Martins, da Agência Brasil



A culpa do genocídio de povos indígenas no Brasil é do direito fundamental às suas terras tradicionais ?

SÍTIO ADITAL, 07.07.2014

Cleber César Buzatto
Adital

O sub-procurador da República, Dr. Eugênio Aragão, ao participar da audiência da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata acerca da Proposta de Emenda Constitucional 215/00, no último dia 11 de junho, questionou o paradigma demarcatório de terras indígenas, vigente no Brasil, e defendeu a tese segundo a qual "o modelo atual, a toda evidência, está apresentando sinais claros de esgotamento". Defendeu a referida tese com o argumento de que "mesmo quando o Poder Executivo, depois de longuíssimas tramitações, consegue promover a demarcação de uma área indígena, a reação imediata é a judicialização do respectivo ato administrativo, o que leva a um impasse em que não se vai nem pra frente nem pra trás". Um argumento evidentemente falacioso, haja vista a existência de diversos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas paralisados sem que exista qualquer impedimento judicial para tanto. Ou seja, o motivo da paralisação, no caso, é político e causado pela opção governamental e pela "pressão" de atores políticos e econômicos bem conhecidos de todos, dentre os quais os representantes do latifúndio, a bancada ruralista, para quem Aragão discursava.

Para além da falácia, no entanto, o sub-procurador avançou na argumentação, por um caminho que, julgamos, malicioso, desrespeitoso e ultra ideológico. Segundo ele o genocídio contemporâneo dos povos indígenas tem sua raiz motivacional no direito fundamental dos povos às suas terras tradicionais, conforme assegurado pelo texto constitucional de 1988. Isso porque, segundo ele, fazendo eco aos argumentos ruralistas "o processo concebido na Constituição, no artigo 231, é um processo unilateral. É um processo em que a administração pública, ex-offício, identifica e demarca as áreas, olhando sobretudo apenas em uma direção, a direção do bem estar do indígena. O problema é que ao longo dos anos foi-se percebendo que essa visão unilateral, de só se olhar para a população indígena, esquecendo as circunstâncias, levaram, na verdade, eu posso dizer com a maior tranquilidade, a uma política genocida. Porque na medida em que a gente olha só para um lado do problema, todos os outros que estão excluídos da atenção do poder público produzem ressentimento. E o ressentimento acaba levando à estigmatização e a estigmatização, por sua vez, acaba levando ao genocídio".

Ora, além de incompatível com o arcabouço jurídico que envolve o procedimento de demarcação, uma vez que o elemento do contraditório é amplamente respeitado, tanto no campo administrativo, quanto no campo do Poder Judiciário, o argumento defendido pelo Dr. Eugênio, ideológica e maliciosamente, esconde os verdadeiros sujeitos político-econômicos responsáveis pelo atual quadro de genocídio dos povos indígenas no país. Como fica evidente no argumento, Aragão admite a existência de genocídio de povos indígenas no país, mas, além

CONT.



de esconder os sujeitos responsáveis pelo genocídio, o mesmo, desrespeitosamente, o legitima uma vez que seria, como que natural, que o "ressentimento" produzido pelo arguido unilateralismo produzisse a "estigmatização" e que, conseqüentemente, levasse ao genocídio. O argumento em questão causa-nos, como não poderia deixar de ser, profunda indignação, e se enquadra na típica estratégia da culpabilização da vítima. Segundo ele, os povos indígenas seriam vítimas do genocídio porque ousaram lutar e conseguiram assegurar o reconhecimento do direito às suas terras tradicionais no texto Constitucional do Estado brasileiro.

O que defendemos é exatamente o contrário da opinião do sub-procurador. É a efetivação do direito fundamental às suas terras tradicionais que suplantará o quadro de genocídio de povos indígenas no Brasil. O genocídio de povos indígenas no Brasil precede o texto Constitucional vigente em nosso país. O genocídio de povos indígenas não se justifica e não se legitima sob qualquer hipótese. O genocídio de povos indígenas no Brasil é efetivado por sujeitos político-econômicos bem conhecidos, tais como, dentre outros, latifundiários, usineiros, empreiteiras, mineradoras. Em cada região e período histórico de nosso país, atuaram e atuam com avareza na perspectiva de se apossar e explorar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos.

Os povos indígenas têm o direito à vida e o direito à vida precede o direito de propriedade. Os não-índios, ocupantes de terras indígenas, além de receberem pelas benfeitorias construídas sobre essas terras, têm direito à justa indenização dos títulos de propriedade de boa fé, por parte dos entes federados responsáveis pela sua emissão. Além disso, a legislação vigente no Brasil estabelece ainda o direito ao devido reassentamento aos ocupantes. O reassentamento, por sua vez, deve ser feito com a desapropriação dos latifúndios, que, infelizmente, se perpetuam em favor de poucos e devido aos genocídios provocados, aos privilégios históricos e à super-representação do setor no Congresso Nacional e noutros espaços de poder do Estado brasileiro.

Ao atacar o direito fundamental dos povos indígenas às suas terras tradicionais com os argumentos acima destacados, ataca-se também o direito dos não-indígenas ao devido reassentamento. Dessa maneira, faz-se a dupla defesa do latifúndio e da concentração fundiária cada vez maior em nosso país, objetivo central da estratégia ruralista ao defender a aprovação da PEC 215/00. Talvez seja este o motivo pelo qual Aragão, em momento algum de sua explanação, tenha feito referência à nota técnica produzida pela 6ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, órgão setorial da Procuradoria Geral da República que trata de temáticas indígenas. Leia aqui a nota , que explicita a inconstitucionalidade da referida Proposta de Emenda Constitucional.

[Cleber César Buzatto é licenciado em Filosofia, secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)]



Movimentos sociais protocolam carta no STF sobre violações em UHEs na Amazônia
SÍTIO RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 07.07.2014

Movimentos e organizações sociais protocolaram na última terça-feira (1), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) um novo documento sobre as violações constitucionais dos projetos hidrelétricos na Amazônia. Esta é a quarta carta encaminhada e, segundo o movimento Xingu Vivo, as outras três nem sequer tiveram resposta.

Os movimentos pedem a solitação em plenária da Reclamação 14.404 do Ministério Público Federal, referente às oitivas indígenas para a hidrelétrica de Belo Monte (11.233MW), até hoje não realizadas pelo Congresso Nacional conforme prevê a Constituição Federal.

O documento denuncia a procrastinação da Justiça para garantir os direitos das populações afetadas por Belo Monte, e o grave risco de a Suprema Corte criar uma "jurisprudência às avessas", tanto no que tange o direito de consulta prévia às populações afetadas pela construção de hidrelétricas, como de ser complacente com decisões arbitrárias do governo federal.

De acordo com os movimentos, casos como a diminuição, por decreto, de Unidades de Conservação, a não votação de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, a displicência quanto ao componente indígena nos Estudos de Impacto Ambiental, e a utilização da Suspensão de Segurança para derrubar qualquer decisão favorável às populações afetadas pelos projetos hidrelétricos, representa um enorme risco para a democracia e o Estado de Direito, se ignorados pelo Judiciário.

"Registramos a nossa profunda perplexidade e indignação ao constatar que, nos casos relatados acima, foi abandonado um compromisso solene que marca a missão do STF", afirma o documento.

Por fim, os movimentos solicitam ao novo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, uma audiência para tratar da Reclamação 14.404 referente às oitivas indígenas, da ADI 4717 referente à redução de Unidades de Conservação na Amazônia para abrigar canteiros e reservatórios de grandes hidrelétricas nas bacias hidrográficas do Madeira e Tapajós, e da Suspensão da Liminar nº722, que invalidou uma decisão do TRF-1 de paralisar as obras da UHE Teles Pires.

(Jornal da Energia)



Índios fogem do aprisionamento cultural imposto pela Funai

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 07.07.2014

Matéria de Deco Bancillon publicada hoje no jornal Correio Braziliense expõe a fuga dos índios que não concordam com o aprisionamento cultural imposto pelo indigenismo para as cidades em busca do assistencialismo do Governo. De acordo com a matéria a migração para cidades do baixo rio negro, no Amazonas, cresceu depois da instalação de um posto da Previdência no local. Lei a matéria na íntegra:

Bolsa Família atrai índios

São Gabriel da Cachoeira (AM) - A instalação de uma agência da Previdência Social no município, no fim do ano passado, fez com que os preços disparassem. Do dia para a noite, a cidade foi invadida por milhares de famílias Indígenas, atraídas pela promessa de benefícios pagos pelo governo, como o bolsa família, auxílio-maternidade e Aposentadoria rural. Quem tinha espaço para alugar faturou alto com o desespero dos que ainda conseguiam pagar por moradia. Os extremamente pobres, por sua vez, acabaram montando barracos às margens e no meio do Rio Negro. Os aglomerados precários evoluíram para pequenas favelas, batizadas de Vila Azul, por causa da cor das lonas improvisadas como abrigo para Indígenas.

São sintomas de uma cidade que, apesar de rica, não consegue traduzir em desenvolvimento todo o dinheiro que circula no comércio. Quatro anos após a implementação do real, em 1998, apenas 1,2% das residências de São Gabriel da Cachoeira tinha acesso à rede pública de esgoto. Mesmo hoje, essa é uma realidade que não atinge boa parte da população, a maioria indígena, como o lavrador Xavier Durão Riveira, 54 anos.

Não fosse a determinação de querer mudar o curso da própria vida, ele estaria, ainda hoje, sem um teto para os filhos e netos, todos Indígenas da etnia baniwa-kuripáko. Os dias duros de trabalho na Lavoura geraram frutos que ele hoje colhe com alegria. A casa que construiu "com as próprias mãos", como gosta de lembrar, não tem luxos. Pelo contrário. O esgoto é a céu aberto, e o abastecimento de água é proveniente da chuva. Se não é a vida que sonhou, é, pelo menos, uma vida melhor do que a tinha quando morava na mata, como ele diz. "Estou bem aqui. Estou feliz", confidencia. Xavier acredita que a vida urbana poderá proporcionar aos filhos um bem maior sobre o qual só ouve falar: o valor de conseguir ler e escrever o próprio nome.

Alerta

A corrida dos Indígenas pelos benefícios oferecidos pelo governo federal preocupa os profissionais de diferentes órgãos de proteção à saúde no município. Nos relatos colhidos pelo Correio, um alerta foi repetido à exaustão por todos os entrevistados: em vez de ajudar, programas sociais como o Bolsa Família estão levando à morte centenas de indígena na Amazônia. "Quando o índio vem à cidade, ele tem contato com tudo de bom e de ruim que o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 115 / 2014

Brasília, 07 de julho de 2014.

homem branco produz", diz uma assistente social. "Com o pagamento que recebe do Bolsa Família ou de qualquer outro benefício do governo, como a Aposentadoria rural, o auxílio pesca e Agricultura, ele acaba tendo dinheiro para comprar coisas importantes, como alimentos, mas também itens dos quais não precisa, como o álcool", dispara.

Uma assistente social que trabalha na promoção da saúde em comunidades Indígenas não deixa dúvidas do que considera como o problema. "Antes dos programas sociais, se tinha fome, o índio caçava e pescava. Se precisava de dinheiro para comprar alguma coisa para a tribo ou a família, ele produzia artesanato, (palha de) piaçava ou tapioca", diz, para emendar: "O índio tinha vida de índio. Mas, hoje, quer ter a vida do homem branco".

Veja a opinião de Alvaro Tukano, um líder indígena dessa região do Amazonas:

<http://www.questaoindigena.org/2014/07/indios-fogem-do-aprisionamento-cultural.html#more>